

**A política ambiental chinesa e a sua participação nas
conferências de Estocolmo e Rio+20: uma análise sobre seus
contrastes**

Fernanda Ferreira Chan

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais, especialização em Globalização e
Ambiente.**

Outubro, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização em Globalização e Ambiente, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto, e coorientação científica da Professora Doutora Maria Regina Faia Martins Salvador.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe, Arlete Ferreira Chan e ao meu pai, Manuel Fernando Chan, pelo imenso amor e carinho em todos os momentos da minha vida, especialmente no período de realização deste trabalho. Muito obrigada pelo apoio incondicional, não há palavras suficientes para vos agradecer.

Meus pais estiveram presentes na realização de cada capítulo, sempre dispostos a me ajudar com um sorriso no rosto, o que me traz muito orgulho. Eles serão sempre os responsáveis por tudo que um dia eu possa me tornar.

Agradeço imensamente a Prof.^a Doutora Raquel Vaz-Pinto do Instituto de Política e Relações Internacionais (IPRI), por ser minha orientadora nesta jornada, respondendo a diversas questões antes mesmo de eu perguntá-las, orientando-me com uma paciência incansável, e agradeço a Prof.^a Doutora Maria Regina Faia Martins Salvador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA), por ser minha coorientadora, apoiando-me e auxiliando-me da melhor forma possível em seus comentários.

Um agradecimento a todos meus professores do mestrado e colaboradores da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Aproveito para agradecer a todos os meus amigos e amigas da faculdade, em especial a Catarina Sofia Carneiro Andrade, Erika Queiroz Piedade, Frederico Faria Aleixo e Jorge Miguel Ferreira Lopes, pelo espírito de equipa ao acolher-me, pela disponibilidade na partilha de opiniões, materiais e informações, entre outras maneiras em que me ajudaram.

Aos meus amigos em outras atividades e áreas do conhecimento, pois apesarem de não estudarem comigo, estiveram presentes apoiando-me com as melhores intenções, percebendo cada momento da realização deste trabalho. Por último, manifesto minha gratidão a todos que participaram diretamente ou indiretamente, na minha vida académica, pois foram anos de crescimento pessoal e profissional, fundamentais na minha vida.

A POLITICA AMBIENTAL CHINESA E A SUA PARTICIPAÇÃO NAS CONFERÊNCIAS DE ESTOCOLMO E RIO +20: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS CONTRASTES

Fernanda Ferreira Chan

Resumo

A presente dissertação busca compreender a participação da República Popular da China nas conferências sobre o meio ambiente internacionais. Nesse sentido questiona-se de que maneira o país participou na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano realizada em 1972 em Estocolmo, e na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2012 no Rio de Janeiro. Nota-se que a China o maior país da Ásia Oriental, mais populoso do mundo, ocupa o primeiro lugar na lista de maiores emissores totais de dióxido de carbono (CO₂), além de figurar na lista dos países em desenvolvimento, com um crescimento anual até há pouco tempo, de aproximadamente 7% a 10% no PIB, um dos maiores crescimentos no mundo. Como hipótese inicial, acreditava-se que o país não teria qualquer participação, muito menos favorável ativamente da proteção do meio ambiente, no debate internacional em 1972, e apenas em 2012 assumiria uma posição favorável, impulsionada pela estratégia de “desenvolvimento pacífico”.

Considerando a pesquisa e análise dos documentos, o que se pode constatar, foi um comportamento atípico, contrário ao que se previa, pois a RPC destacou-se em 1972 se aproximando da sociedade internacional por necessidade estrutural, e recuou em 2012 pela não aplicação das premissas do “desenvolvimento pacífico” no debate ambiental. Através da pesquisa documental de fontes primárias e revisão bibliográfica, os esforços deste trabalho foram direcionados no sentido de compreender a história da proteção ambiental no cenário global, para então compreender a China na questão e analisar a participação do país nas referidas conferências através de seus respectivos relatórios.

Palavras-Chave: ambiente, alterações climáticas, globalização, política externa chinesa, Estocolmo, Rio +20

CHINESE ENVIRONMENTAL POLICY AND ITS PARTICIPATION AT THE STOCKHOLM AND RIO+20 CONFERENCES: AN ANALYSIS OF ITS CONTRASTS

Fernanda Ferreira Chan

Abstract

This dissertation seeks to understand the participation of the People's Republic of China in international environmental conferences. In this regard, the question is how the country participated in the United Nations Conference on the Human Environment held in 1972 in Stockholm and the United Nations Conference on Sustainable Development held in Rio de Janeiro in 2012. It is noted that China, the largest country in East Asia, the most populous in the world, ranks first in the list of the largest total emitters of carbon dioxide (CO₂), and is on the list of developing countries, with growth annual growth of approximately 7% to 10% in GDP, one of the largest growths in the world. As an initial hypothesis, it was believed that the country would not have had any participation, much less actively favoring the protection of the environment, in the international debate in 1972, and only in 2012 would assume a favorable position, driven by the "peaceful development" strategy. Considering the research and analysis of the documents, what can be seen was atypical behavior, contrary to what was predicted, because the PRC stood out in 1972 approaching the international society by structural necessity and fell back in 2012 by the non-application of the premises of "peaceful development" in the environmental debate. Through the documentary research of primary sources and bibliographic review, the efforts of this work were directed towards understanding the history of environmental protection in the global scenario, to then understand China in the matter and to analyze the participation of the country in said conferences through their respective reports.

Keywords: environment, climate change, Chinese Foreign Policy, globalization, Stockholm, Rio+20

ÍNDICE

Lista de Abreviaturas

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico-Conceptual.....	7
1. 1. Relação da humanidade com o meio ambiente.....	7
1. 2. Intensificação dos GEE.....	12
1. 3. Cooperação Internacional.....	14
1. 4. Institucionalização da proteção ambiental.....	20
Capítulo 2 - Política Chinesa para o meio ambiente.....	33
2. 1. Mao Tsé-Tung e as reformas domésticas como prioridade.....	33
2. 2. A Era de Deng Xiaoping e o “desenvolvimento pacífico”	43
Capítulo 3 - Participação da RPC nas Conferências.....	59
3. 1. Relatório da Conferência de Estocolmo (1972).....	59
3. 2. Relatório da Conferência do Rio (2012).....	70
Considerações finais.....	78
Bibliografia	81

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e Caraíbas
CH ₄	Metano
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CO ₂	Dióxido de Carbono
COP	Conferência das Partes / <i>Conference of the Parties</i>
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura/ <i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
IPCC	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas / <i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza/ <i>International Union for Conservation of Nature</i>
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts/ Massachusetts Institute of Technology
N ₂ O	Óxido nitroso
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista da China

PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA Ambiente	Programa das Nações Unidas para o Meio
RPC	República Popular da China
UE	União Europeia
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas / <i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i>
WCED	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento/ <i>World Commission on Environment and Development</i>

Introdução

A República Popular da China (RPC) como o maior país da Ásia Oriental e o mais populoso do mundo, ocupa o primeiro lugar na lista de maiores emissores totais de dióxido de carbono (CO₂), e, portanto, o principal contribuinte no mundo para o aquecimento global. Para além disso, figurava na lista dos países em desenvolvimento, com um crescimento anual de 7% a 10% no PIB, uma das maiores taxas no mundo, até há bem pouco tempo. O questionamento do presente trabalho parte da necessidade de perceber a participação do país na proteção do meio ambiente frente ao plano internacional, enquanto país em pleno desenvolvimento e crescimento.

Nesta investigação, questiona-se como o país atuou nas conferências internacionais sobre o meio ambiente realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972 e 2012, nomeadamente, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano realizada em Estocolmo e na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro, respectivamente.

A hipótese inicial de trabalho é de que o país não teria qualquer participação, muito menos favorável à proteção do meio ambiente, no debate internacional em 1972, devido às consequências da política de dedicação total as reformas domésticas iniciada por Mao Tsé-Tung e reforçada pela ausência de Beijing na ONU desde 1949, e apenas em 2012 assumiria uma posição favorável a proteção ambiental, impulsionada pela estratégia de “desenvolvimento pacífico”.

Com a proposta deste trabalho contribuo para dois temas não muito debatidos na área de minha especialização, o surgimento de novos atores no cenário internacional, no caso a China, e a participação deste frente a institucionalização da proteção ambiental, nomeadamente na Conferência de Estocolmo de 1972 e Conferência do Rio de 2012.

A origem deste tema fica por conta da afinidade que tenho com a política, doméstica e principalmente externa da China, e com as Conferências referidas, e embora possam existir trabalhos voltados a este tema, o presente

trabalho distingue-se, pois, faz uma análise considerando fontes primárias da Conferências, que dificilmente têm sido trabalhadas.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos, no primeiro capítulo denominado “Enquadramento teórico-conceitual”, há quatro subcapítulos, que definem como é a relação dos seres humanos com o meio ambiente (1); o que são os Gases de Efeito de Estufa (GEE) (2); como surge e o que é a cooperação internacional (3); e como é institucionalizada a proteção do meio ambiente (4).

O segundo capítulo denominado “Política chinesa para o meio ambiente” divide-se em dois subcapítulos denominados “Mao Tsé-Tung e as reformas domésticas como prioridade” e “A Era de Deng e o ‘desenvolvimento pacífico’”, estes subcapítulos trazem a relação da China com o meio ambiente internamente e a política chinesa para proteção do meio ambiente, sobretudo internacional, no período de Mao Tsé-Tung, de 1949 a 1978, como no período a partir de Deng Xiaoping a Hu Jintao, de 1978 a 2008, considerando o primeiro, como China 1.0, e o segundo como China 2.0, afinal “os chineses gostam de pensar na história progredindo em ciclos de 30 anos”¹ (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012).

A história do surgimento do meio ambiente em si não é objetivo desse trabalho, mas é apresentada de modo integral (até 2012) para se perceber sua consolidação no plano internacional, bem como, a trajetória da preocupação ambiental na política da China.

No terceiro e último capítulo denominado “Participação da RPC nas Conferências”, trata-se da análise da participação do país nas conferências referidas, com a aplicação do método de pesquisa documental. Este capítulo é composto por dois subcapítulos, o primeiro, do relatório da Conferência de Estocolmo de 1972, e o segundo, da Conferência do Rio de Janeiro de 2012, ambos com o balanço da participação chinesa segundo os relatórios, ressaltado ao fim de cada subcapítulo.

¹ Tradução livre da autora. No original: “*The Chinese like to think of history progressing in 30-year cycles*” (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 10).

Quanto as considerações metodológicas, para tal investigação foi realizada a pesquisa documental, como mencionada, dos relatórios das conferências referidas. A seguir, prosseguimos explicando este método e seus procedimentos.

Para a realização de um trabalho que leve ao conhecimento, ou seja, a prática científica concreta, é necessário um roteiro com uma série de processos técnicos, inclusive para diferenciar este trabalho do que já se conhece (Severino, 2007). Esse roteiro é chamado de método, de acordo com Severino (2007, p. 102) “trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”.

Tendo como objetivo a análise dos documentos das Conferências, optei pela utilização da pesquisa documental para tal, mas antes de conceituar este método, primeiramente vejamos uma definição bastante utilizada nos trabalhos científicos para a palavra “pesquisa”, a primeira palavra que compõe o nome do método que utilizo: “Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 2002, p. 17).

O não conhecimento sobre a participação da RPC nas Conferências sobre meio ambiente, tornou-se o problema no presente trabalho, e conseqüentemente fez-se necessário a pesquisa para encontrar as devidas respostas.

A segunda palavra “documental” refere-se a documento. Todo objeto com informações contidas nele, podendo ser de forma explícita ou não explícita, é designado documento.

“[...] documento é todo objeto (livro, jornal, estátua, escultura, edifício, ferramenta, túmulo, monumento, foto, filme, vídeo, disco, CD etc.) que se torna suporte material (pedra, madeira, metal, papel etc.) de uma informação (oral, escrita, gestual, visual, sonora etc.) que nele é fixada mediante técnicas especiais (escritura, impressão, incrustação, pintura, escultura, construção etc.)” (Severino, 2007, p. 124).

A pesquisa documental tem uma característica peculiar que não é visível pelos conceitos da formação de sua denominação. Este método é voltado para

utilização de documentos que não foram analisados após sua produção, de acordo com Gil (2002, p. 45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

“Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (Severino, 2007, p. 123).

Sendo os relatórios recentemente despontados de suas respectivas reuniões, optei pela utilização deste método para encontrar respostas ao meu problema com mais proximidade do que foi concluído nos debates, pois encontraria dados de forma mais autêntica e que podem não ter sido observados.

A pesquisa bibliográfica também é utilizada no presente trabalho, sendo esta, de acordo com Severino (2007, p. 122) realizada “a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc”, a pesquisa documental é caracterizada pela utilização de documentos primários.

“A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes: Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p. 45).

Ou seja, a pesquisa bibliográfica utiliza documentos que já foram trabalhados anteriormente, os tornando “fontes dos temas a serem pesquisados” como assinala Severino (2007, p.122), e a pesquisa documental utiliza documentos que não foram trabalhados, onde “podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 56).

Com a expansão marítima dos europeus, a Revolução Industrial, e mesmo antes, durante a Idade Média, a pesquisa “limitava-se a expressão de uma relação funcional de causa a efeito que só podia ser medida com uma função matemática”, essa pesquisa correspondia a pesquisa quantitativa, assinala Severino (2007, p. 118).

A não utilização de instrumentos matemáticos foi mais consciente para o que se deseja no presente trabalho, o modelo de procedimento presente é baseado na pesquisa qualitativa, modelo que utiliza instrumentos de coleta e análise para encontrar alguma resposta da realidade observada, esta complexa.

De acordo, com Prodanov e Freitas (2013, p. 70):

“Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.”

Sobre a análise dos dados, como se trata de uma abordagem qualitativa, têm-se uma sequência de atividades a serem desenvolvidas.

Primeiramente foi realizada a definição da proposta, que de fato é o tema e problema, em seguida a formulação da hipótese, porém esta foi sendo transformada no andamento do trabalho, especialmente na próxima atividade: a coleta dos dados.

A coleta foi realizada para que houvesse a categorização, ou seja, fiz a leitura e a seleção do que é relevante para manter uma continua revisão do que foi significativo.

[...] nas pesquisas qualitativas, o conjunto inicial de categorias em geral é reexaminado e modificado sucessivamente, com vista em obter ideais mais abrangentes e significativos. [...] nas pesquisas qualitativas, necessita-se valer de textos narrativos, matrizes, esquemas etc. (Gil, 2002, p. 134)

Em seguida foi feita a interpretação para desenvolver o texto principal, ou seja, a redação do relatório.

“um conjunto de proposições capazes de proporcionar nova perspectiva teórica ao problema. Um estudo de campo pode ser reconhecido como válido quando se mostrar capaz de levantar novas questões ou hipóteses a serem consideradas em estudos futuros” (Gil, 2002, p. 134).

Identifiquei o problema, comprovei uma hipótese nova, e a investigação foi concluída, de acordo com o que apontam Prodanov e Freitas (2013, p. 115) “o objetivo [...] é responder, do melhor modo possível, ao problema de investigação formulado e verificar a(s) hipótese(s) elaborada(s)”.

Através da pesquisa documental de fontes primárias e revisão bibliográfica, os esforços deste trabalho foram direcionados no sentido de observar a história da proteção ambiental no cenário global, para então compreender a história da China na questão e analisar a participação do país nas referidas conferências através de seus respectivos relatórios.

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico-Conceptual

1.1 Relação dos seres humanos com o meio ambiente

Desde o surgimento do ser humano no planeta, recursos fornecidos pelo ambiente de seu entorno foram sendo utilizados para sua sobrevivência e bem-estar. A madeira extraída das árvores, foi utilizada pelos primeiros seres humanos como combustível para produzir o fogo, e este, foi utilizado para cozinhar, para o aquecimento, para a criação de ferramentas, armas como arco e flecha, entre outras atividades; e a água, os animais, os frutos e raízes utilizados para alimentação, fabricação de vestimentas e de objetos como cabanas, cordas, entre outros recursos necessários dentro de seus agrupamentos.

Segundo Dias (2015) este primeiro impacto ambiental dos chamados caçadores-coletores, modificou muito pouco o ambiente, por três grandes motivos: (1) o que era consumido ou utilizado retornava ao ambiente de origem por meio dos dejetos humanos; (2) não haviam muitos seres humanos, ou seja, a densidade populacional não era elevada; (3) e a mudança de habitação constante de muitos destes agrupamentos, considerando a busca contínua de alimentos e outros recursos, assegurava um equilíbrio entre a população e os recursos.

Depois vieram as sociedades agrícolas, na qual sua obtenção de alimentos e outros produtos, era essencialmente realizada através da agricultura e da pecuária, essas atividades passaram a competir com o ecossistema natural, pois a criação de animais e o cultivo da terra passou a ser em lugares e em períodos predeterminados pelas sociedades, aonde muitas vezes o que era produzido não era consumido no mesmo local, era carregado para onde os seres humanos viviam. Essa mudança fez com que os dejetos humanos e animais não retornassem a sua terra de origem e nem houvesse a recomposição de seus nutrientes no tempo natural (Dias, 2015).

A seguir, civilizações da Antiguidade, como os romanos na Europa e os maias na América, foram os grupos humanos que mais intensificaram os impactos no meio ambiente até aquele momento, o aumento da população e de suas necessidades abriu portas para a construção de irrigações e pradarias

extensas, o que levou ao desmatamento, a extinção de ciclos e de predadores naturais. A alteração e destruição do ambiente natural, trouxe micro-organismos e outros animais para dentro dos espaços humanos, o que ocasionou muitas novas doenças e epidemias a esses grupos humanos, especialmente no período subsequente, a Idade Média (Dias, 2015).

Com os avanços tecnológicos iniciados no fim do século XVIII até o fim do século seguinte, no período conhecido como Revolução Industrial, alterações mais profundas transformaram a agricultura, os métodos de produção de produtos, os meios de locomoção e a organização das sociedades humanas. Criação de máquinas, êxodo rural, população urbana crescente, implementação da produção em grande escala através das fábricas mecanizadas, utilização de automóveis, barcos e locomotivas, dependência de combustíveis fósseis não renováveis (carvão, petróleo e gás natural), remuneração desproporcional entre trabalhadores e donos de fábricas, surgimento das classes sociais, são algumas das diversas mudanças ocorridas a partir desse período (Dias, 2015; Hobsbawm, 2003).

Mais adiante, os setores petroquímico, eletrônico e biotecnológico surgiram, aumentando cada vez mais a demanda de recursos naturais, portanto a degradação ambiental não cessou, sobretudo a seguir, com o advento da Primeira Guerra Mundial e mais ainda com a Segunda Guerra Mundial, nas quais as máquinas foram aprimoradas para uma melhor eficiência, o que ainda implicou a utilização desenfreada de combustíveis fósseis, recursos não renováveis do meio ambiente (Dias, 2015; Hobsbawm, 2003)

Segundo Dias (2015), a corrida pelo crescimento industrial e o crescimento populacional, entretanto, eram acompanhados por problemas ambientais, porque não só era inadequada a forma de utilização dos recursos naturais, como a demanda por alimentos, energia, e outros produtos era cada vez maior, nesse período os países passaram a ser identificados como países “industrializados” ou “menos industrializados”².

² “Industrializados” ou “menos industrializados” são termos que descrevem o desenvolvimento de um país, com base nos níveis de industrialização, a renda per capita e o valor do PIB, entretanto, os termos “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”, respectivamente, passaram a ser utilizados a partir do séc. XX, e contabilizam também critérios sociais, como IDH. Não há convenção na ONU para estas definições (UNSD,

Da Guerra Fria (1947-1991), prevaleceu a economia de mercado como sistema econômico, o que significava que a posse por parte de empresas privadas e alguns grupos minoritários, de bens de produção, como fábricas e indústrias, as quais rendem lucros, tornava-se o principal objetivo ao redor do mundo, enquanto o meio ambiente, os trabalhadores e sua mão de obra, não eram inteiramente prioridade (Dias, 2015).

No início dos anos 90 já era possível perceber que o meio ambiente seria explorado independente do sistema econômico, por exemplo, em 1952, o Reino Unido, o qual iniciou a Revolução Industrial, sob o sistema de economia de mercado, vivenciou em sua capital o denominado *Smog*, uma forte poluição atmosférica, provocada pelo aumento excessivo da queima do carvão mineral em aquecedores e fábricas da expansiva indústria inglesa, e que ocasionou a morte de 12 mil pessoas, sem mencionar os doentes (Dias, 2015).

E do outro lado do mundo, em um país com sistema econômico comunista, a partir da proclamação da RPC em 1949, Mao Tsé-Tung, líder do país na época, percebia o meio ambiente como algo a ser superado e controlado. Neste sentido, Mao ordenou a construção de barragens, as quais causaram poluição nos rios, entre outros danos.

Alguns anos depois, em 1958, com a campanha chinesa de aceleração do crescimento industrial e coletivo “Grande Salto em Frente”, Mao ordenou a construção do maior número de fornos possíveis para produzir ferro e aço, as quais poluíram a atmosfera; ordenou o desmatamento para suprir a demanda por combustível para os fornos; e incentivou também o extermínio de ratos, moscas, mosquitos e pardais, os quais eram percebidos, de forma errônea, como responsáveis pela baixa produtividade agrícola.

2014), mas segundo Kofi Annan, ex-secretário geral da organização, “um país desenvolvido é aquele que permite que todos os cidadãos desfrutem de uma vida livre e saudável em um ambiente seguro” (UNCTAD, 2000, p. 2, tradução livre da autora).

As ações mencionadas mais tarde trouxeram doenças e causaram mortes, especialmente com a “Grande Fome Chinesa” que estimasse ter causado cerca de 45 milhões de mortes (Economy, 2010, Shapiro, 2001).

O marco inicial que trouxe o despertar à sociedade mundial para o debate sobre os problemas ambientais, foi o livro *Silent Spring* de Rachel Carson publicado em 1962, no qual é feito o alerta para o perigo da utilização de pesticidas químicos nas colheitas, pois estes levavam ao desenvolvimento de cancro em seres humanos, e ainda alteravam o meio ambiente (Greene, 2001; Dias, 2015).

Tal marco, junto à crescente poluição atmosférica nos anos subsequentes, revelou que o mundo começava a enfrentar a crise ambiental, ou seja, uma série de grandes problemas na relação do ser humano com o ambiente que o envolve (Barros-Platiau, A. F. et al., 2004).

Segundo Barros-Platiau, A. F. et al. (2004, p. 102), a crise ambiental é “definida como a incongruência entre Terra e Mundo, ou seja, entre um espaço físico e outro socialmente construído”, aonde o termo “Terra” engloba o conjunto de fenômenos físicos e naturais e “Mundo” o conjunto das interações sociais, políticas e econômicas da humanidade, e a conformidade das duas esferas seria a solução da crise.

Esta crise ambiental, que ocorre a partir do fim da segunda metade do século XX, segundo Dias (2015, p. 16) tornou-se “um conceito amplamente aceito e reflete uma realidade que se caracteriza como um momento crítico, uma encruzilhada em que a humanidade se encontra, cheia de incertezas, mas que exige uma urgente tomada de decisões”.

Estes problemas que compõem a crise, são grandes porque diferente de outros momentos, os quais os problemas eram localizados, como por exemplo a construção dos Templos maias na América e as campanhas do Grande Salto em Frente na China, os problemas agora passaram a envolver todo o planeta – e a compreensão de que os problemas ambientais não reconhecem fronteiras, começou a surgir paralelamente –, como o aumento da emissão de gases de efeito estufa, resultado das atividades humanas em diversas regiões, as quais conduzem a Terra ao fenômeno conhecido como

aquecimento global, entre outras mudanças climáticas (Dias, 2015; Greene, 2001).

Segundo o *Climate Change Synthesis Report Summary for Policymakers* do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC),

“o aquecimento do sistema climático é inequívoco e, desde a década de 1950, muitas das mudanças observadas são inéditas ao longo de décadas a milênios. A atmosfera e o oceano aqueceram, as quantidades de neve e gelo diminuíram e o nível do mar subiu”³ (IPCC, 2014, p. 2).

Tais alterações, ainda segundo o relatório do IPCC, tornariam a vida na Terra vulnerável.

Foi justamente pela necessidade de conformidade das duas esferas Terra e Mundo (Barros-Platau, A. F. et al., 2004), e a incerteza (Dias, 2015) como resultado, que o mundo começou a perceber a necessidade de gestão coletiva da crise ambiental, uma vez que “muitos problemas ambientais são intrinsecamente transnacionais ou globais, ou se relacionam com bens comuns globais. Outros problemas locais ou nacionais são amplamente experimentados em toda a Terra”⁴.

Ocorre que a partir da crise ambiental, há o despertar da sociedade quanto à necessidade de cooperação internacional, para encontrar soluções para estes problemas, em especial a intensificação de GEE.

³ Tradução livre da autora. No original: “Warming of the climate system is unequivocal, and since the 1950s, many of the observed changes are unprecedented over decades to millennia. The atmosphere and ocean have warmed, the amounts of snow and ice have diminished, and sea level has risen” (IPCC, 2014, p. 2).

⁴ Tradução livre da autora. No original: “Many environmental problems are intrinsically transnational or global, or relate to global commons. Other local or national problems are experienced widely across the Earth (Greene, 2001, p. 389).

1.2 Intensificação dos GEE

Os GEE são um grupo de substâncias gasosas que são encontradas na atmosfera da Terra, e que compõem o processo natural de efeito estufa: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), entre outras substâncias (IPAM, 2015).

Segundo o IPCC (2007), a superfície terrestre absorve dois terços da energia (raios ultravioletas, entre outros) emitida pelo Sol, enquanto um terço é refletido de volta ao espaço. Esta energia absorvida pela Terra, transforma-se em calor, e parte deste calor é reemitido, em forma de raios infravermelhos, novamente da superfície da Terra para sua atmosfera, os quais não são reenviados na sua totalidade ao espaço, pela existência dos GEE na atmosfera, que dificultam uma perda demasiada de calor, permitindo que a Terra se mantenha aquecida, sem alterações extremas e consequentemente garantindo a vida no planeta.

Este processo de controle da perda excessiva e retenção de calor na atmosfera, exercido pelos gases mencionados anteriormente, é o denominado efeito estufa, daí o nome do grupo dos gases de “Gases de Efeito de Estufa” (IPCC, 2007).

No entanto, as atividades humanas mencionadas na seção anterior, principalmente a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento, têm intensificado a quantidade de GEE, o que desequilibra o processo natural de efeito estufa, porque a maior parte do calor reemitido da superfície terrestre para a atmosfera, e que voltará ao espaço a seguir, fica presa na atmosfera, causando uma maior calefação da superfície do planeta, ocasionando o denominado aquecimento global. Este não só altera a temperatura na Terra, mas também provoca enchentes, furacões, degelo das calotas polares, desertificação, prejudicando a vida no planeta (IPCC, 2014).

“A influência humana no sistema climático é clara e as recentes emissões antrópicas de gases de efeito estufa são as mais altas da história. As recentes mudanças climáticas tiveram impactos generalizados nos sistemas humanos e naturais”⁵ (IPCC, 2014, p. 2)

A queima de combustíveis fósseis (o carvão mineral, gás natural e o petróleo) intensifica diretamente a quantidade de GEE, porque tal queima, lança em excesso CO² para a atmosfera. O desmatamento também intensifica a quantidade deste gás, porque ao suprimir a quantidade de árvores e plantas, o planeta perde componentes importantes do sistema climático e da cadeia alimentar, porque estes quando em vida, realizam o processo de fotossíntese. E neste processo, retiram CO² da atmosfera, o transformando em matéria orgânica e oxigênio, o primeiro, indispensável para sua alimentação e de seres vivos que não produzem seu próprio alimento, e o segundo, indispensável para a energia dos seres vivos no planeta.

Assim, é compreensível que o CO² seja um dos principais dos GEE, pois ainda que fundamental para vida na Terra, também é prejudicial quando em excesso na atmosfera (IPCC, 2007; Dias, 2015).

As mudanças climáticas são decorrentes de processos naturais, como por exemplo, a alteração média do clima na Terra causada por variações solares, já o aquecimento global, também um fenômeno de alteração climática, não tem origem em processos naturais, tendo em conta que é provocado por atividades humanas, e é suscetível à mudança.

“As emissões antropogênicas de gases de efeito estufa aumentaram desde a era pré-industrial, impulsionadas principalmente pelo crescimento econômico e populacional, e estão agora mais altas do que nunca. Isso levou a concentrações atmosféricas de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso que não têm precedentes nos últimos 800 mil anos. Seus efeitos, juntamente com os de outros impulsores antropogênicos, foram detectados em todo o sistema climático e são extremamente prováveis de terem sido a causa dominante do aquecimento observado desde meados do século XX” (IPCC, 2014).

⁵ Tradução livre da autora. No original: “Human influence on the climate system is clear, and recent anthropogenic emissions of greenhouse gases are the highest in history. Recent climate changes have had widespread impacts on human and natural systems” (IPCC, 2014, p. 2).

1.3 Cooperação Internacional

O problema ambiental enunciado neste trabalho, não se limita a fronteiras nacionais como mencionado na seção anterior, daí a necessidade de observar a questão sobre uma ótica de cooperação internacional, pois através desta, uma solução é possível de ser encontrada.

O mundo desde o surgimento do homem, é caracterizado por relações sociais, porém nos últimos séculos foi possível observar um aumento destas relações, ultrapassando fronteiras econômicas, políticas e culturais, tal processo de aumento foi denominado “globalização”.

Segundo Anthony McGrew (2014, p. 16) a globalização “é um termo que capta a crescente intensidade da interconexão mundial, enfim, um ‘mundo encolhido’”⁶, ou seja, é um aumento de interações em diferentes medidas, entre atores estatais, não-estatais e transnacionais diversos, aonde efeitos globais influenciam locais e vice-versa.

Este autor argumenta que a globalização surgiu muito antes, em meados do século XV até o fim do século XIX, com o advento da Paz de Vestfália (1648), esta inaugurou os princípios de Territorialidade, Soberania e Autonomia⁷ no que se refere ao sistema dos Estados, e estes conceitos são vetores dos efeitos da globalização no Estado. Segundo McGrew (2014) este período é apenas a “primeira onda” dentre três em que a globalização ocorre. A “segunda onda” compreende a consolidação da expansão marítima dos impérios europeus, bem como o surgimento da revolução industrial, no período de 1850 a 1945 (McGrew, 2014).

A “terceira onda” a partir de 1960, a qual McGrew (2014) também denomina de globalização contemporânea, refere-se ao período em que as guerras mundiais haviam cessado, e as divisões políticas foram substituídas por interações entre Estados e agências não governamentais, impulsionadas

⁶ Tradução livre da autora. No original: *“is a term which captures the growing intensity of worldwide interconnectedness, in short, a ‘shrinking world’”* (McGrew, 2014, p. 15).

⁷ A Territorialidade como uma comunidade organizada dentro de uma fronteira geográfica e política; a Soberania como a autoridade exclusiva e suprema que o governo ou Estado, inserido nessa comunidade, possui; e a Autonomia, como o governo ou Estado que detém liberdade quanto as suas atividades em sua comunidade, sendo esta na esfera doméstica (McGrew, 2014).

pela convergência dos principais motores da globalização, nomeadamente, a economia, tecnologia e política.

E segundo este autor “uma quarta onda de globalização pode estar em formação, impulsionada pelas potências das economias emergentes da China, Brasil, Índia e outras”⁸.

As esferas mais evidentes da globalização contemporânea, são os mercados globais; o terrorismo e armamento transnacional; a esfera jurídica como as leis de direitos humanos; os problemas ambientais globais; a difusão global de culturas populares; e as migrações.

Assim, a globalização não é um processo singular e simétrico para o autor, pois envolve várias esferas de interconexão, algumas mais avançadas, como por exemplo, a globalização no setor econômico, e “é tanto uma fonte de conflito e violência quanto de cooperação e harmonia nos assuntos de palavras” (McGrew, 2014, p. 29).

A percepção de McGrew quanto a evolução da globalização desde a Paz de Vestfália até a atualidade, é que do princípio da Territorialidade apenas remanesceu a importância política e não tanto geográfica, porque o importante é que existam redes entre os governos, atores regionais e globais; da Soberania, a autoridade do Estado não foi eliminada, entretanto a soberania “é cada vez mais entendida como o exercício compartilhado do poder público e autoridade, entre as autoridades nacionais, regionais e globais”⁹ (McGrew, 2014, p. 268); da Autonomia, o Estado continuou com este exercício, entretanto em um mundo globalizado, esta autonomia não é suficiente para preencher a demanda dos cidadãos por políticas públicas, o Estado muitas vezes precisa estabelecer alguma cooperação com outros Estados, e outros atores não-estatais, abdicando de parte de sua autonomia, para atingir objetivos domésticos (McGrew, 2014).

Para Santos (2002, p. 26), a globalização, embora seja muitas vezes em seu debate reduzida às dimensões econômicas, é um “fenômeno

⁸ Tradução livre da autora. No original: “A fourth wave of globalization may be in the making, driven by the emerging economies powers of China, Brasil, India, and others” (McGrew, 2014, p. 23).

⁹ Tradução livre da autora. No original: “is increasingly understood as the shared exercise of public power and authority between national, regional, and global authorities” (McGrew, 2014, p. 28).

multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo [...]”. Segundo este autor, este fenômeno traz tensões entre e dentro de grupos sociais, e por isso não é um processo consensual, a tensão principal é arquitetada por Estados e interesses hegemônicos, e por Estados e grupos sociais de resistência aos hegemônicos, aonde o primeiro grupo idealiza uma “globalização hegemônica” e o segundo grupo uma “globalização contra hegemônica”.

Os modos de produção da globalização hegemônica, são os seguintes: “localismo globalizado”, um fenômeno local que se torna condição universal, como por exemplo, “a transformação da língua inglesa em língua franca” (Santos, 2002, p. 65); e “globalismo localizado”, “um impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados” (Santos, 2002, p. 66), como por exemplo, o uso turístico de tesouros históricos.

Os modos de produção da globalização contra hegemônica são os seguintes: “cosmopolitismo”, processo de “organização transnacional da resistência de Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e os globalismos localizados [...]” (Santos, 2002, p. 67), na defesa de interesses comuns, por exemplo organizações transnacionais de direitos humanos, ONG, entre outros; e “patrimônio comum da humanidade”, processo de “lutas transnacionais pela protecção e desmercadorização de recursos, entidades, artefactos, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária”, como por exemplo temas ambientais que não podem ser geridos por uma lógica de trocas desiguais, e sim por uma lógica de “fideicomissos da comunidade internacional em nome das geração presentes e futuras” (Santos, 2002, p. 70)

Segundo este autor, apesar de existir conflitos dentro deste consenso dominante, seus modos de produção, nomeadamente, “localismo globalizado” e “globalismo localizado”, possuem maior coerência interna e homogeneidade em contraposição aos modos de produção de globalização contra hegemônica.

“Os países centrais que presidem a globalização hegemônica, são os que têm dela tirado mais vantagens, maximizando as oportunidades que ela cria e transferindo para outros países menos desenvolvidos os custos sociais e outros que ela produz. [...] os países periféricos sofreram, em geral, nas duas últimas décadas uma degradação da sua posição no sistema mundial, de par com a degradação dos seus já muito baixos padrões de vida. [...] Entre os países centrais e os países periféricos situam-se os países semiperiféricos ou de desenvolvimento intermediário. Nesses países, a contabilidade da globalização é muito mais complexa” (Santos, 2002, p. 12).

Nesse contexto, a globalização não se trata de um fenômeno singular, afinal “[...] ao contrário do que o termo globalização superficialmente conota, estamos perante processos de mudanças altamente contraditórios e desiguais, variáveis na sua intensidade e até na sua direção.” (Santos, 2002, p. 11), daí o autor defender que não há globalização e sim globalizações, especialmente no período atual, que denomina de sistema mundial de transição.

Na academia, há diversas definições, bem como variados marcos de surgimento, discutidos sobre a globalização. No presente trabalho, são apresentados apenas dois autores, de modo a ser possível perceber que este processo se refere a crescente conexão, com predominância a partir do final do século XX, nos setores econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais entre diferentes Estados e outros atores não-estatais, de tal maneira, que o que ocorre em um Estado ou localidade pode ter consequências – benéfica e/ou maléfica – em outro, e vice-versa.

No estudo das Relações Internacionais, cabe à corrente teórica do neoliberalismo institucional explicar a natureza e o funcionamento do Estado, frente ao processo de globalização que ocorre a nível internacional, isto porque para esta corrente, com a criação e o fortalecimento das instituições e também regimes, os quais são originadas principalmente a partir da globalização, é possível alterar o ambiente de interação entre os Estados (Nogueira e Messari, 2005).

As instituições podem transformar um ambiente anárquico com nenhuma ou rara possibilidade de cooperação como as correntes realistas/neorrealistas argumentam, para um ambiente anárquico, mas com possibilidades “claras” de cooperação (Nogueira e Messari, 2005; Keohane, 1984; Axelrod e Keohane, 1985).

Ainda que os Estados sejam egoístas racionais,

“ocorre que, na anarquia, frequentemente, os Estados não conseguem realizar ao máximo seus interesses justamente porque não têm informação suficiente sobre como os demais Estados reagirão a suas ações” (Nogueira e Messari, 2005, p. 91)

E é neste sentido, que as instituições são importantes, porque não são só capazes de fornecer informações sobre as preferências dos diversos atores, como também, possuem influência sobre os modelos de cooperação entre os Estados (Keohane, 1984).

Segundo Keohane (1984) em termos de definição, as instituições são “amplamente definidas como os conjuntos de práticas e expectativas, e não em termos de organizações formais, com imponentes edifícios da sede”¹⁰, aonde os Estados e outros atores não-estatais convergem.

As instituições para além de trazerem “maior transparência acerca das intenções, interesses e preferências dos Estados” (Nogueira e Messari, 2005, p. 94), criam mecanismos para monitorar as partes de um regime, quanto ao cumprimento dos compromissos estabelecidos, considerando também os regimes como catalisadores de cooperação internacional, pois estes são “conjuntos de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão”¹¹ (Keohane, 1984, p. 57).

Assim, a cooperação pode ocorrer justamente neste contexto de possível conflito entre Estados, mas em que as instituições estão inseridas para diminuir dúvidas e desconfianças. Axelrod e Keohane (1985) argumentam que nem sempre serão as estratégias defensivas que tornarão o ambiente mais seguro.

“Há situações em que os Estados podem ter *interesses comuns* e nas quais, dependendo de como o contexto da interação está estruturado, o resultado pode ser a cooperação, e não o conflito” (Nogueira e Messari, 2005, p. 91).

¹⁰ Tradução livre da autora. No original: “*Defined broadly as sets of practices and expectations rather than in terms of formal organizations with imposing headquarters buildings*” (Keohane, 1984, p. 246).

¹¹ Tradução livre da autora. No original: “*sets of implicit or explicit principles, norms, rules and decision-making procedures*” (Keohane, 1984, p. 57)

Segundo Keohane (1984) quando as políticas de um Estado são consideradas por outro Estado, como um obstáculo para atingir os seus objetivos, o que frequentemente ocorre na anarquia, todas as partes envolvidas realizam negociações e as ajustam, com o suporte das instituições e regimes, para que possam estabelecer uma coordenação política, em busca de uma compatibilidade para realização de seus objetivos com ganhos conjuntos, assim “a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou antecipadas de outros, por meio de um processo de coordenação de políticas”¹².

Daí a importância de se institucionalizar o problema ambiental do presente trabalho, a intensificação das emissões de GEE, porque a institucionalização da questão reduz o medo de que um Estado parceiro, em seus ajustes políticos, “apesar de comprometido com um acordo formal ou informal, adote a estratégia do engano (não cooperar) para maximizar seu ganho” (Nogueira e Messari, 2005) e reduz a carência de clareza sobre como cada parte se comportará, elevando então a possibilidade de cooperação internacional na área, o que é fundamental para alcançar mudanças satisfatórias em prol do meio ambiente.

¹² Tradução livre da autora. No original: “Cooperation occurs when actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination” (Keohane, 1984, p. 51)

1.4. Institucionalização da proteção ambiental

O primeiro acordo que possuía um carácter ambiental e que assumiu (e vem assumindo) seu objetivo foi o Tratado Antártico, assinado em 1959, com vigência de 1961 a 2041. Segundo Ribeiro (2005, p. 55) este tratado foi estabelecido durante a Guerra Fria, e determinou a utilização do continente antártico apenas por países signatários, especificando o uso para fins pacíficos e científicos, e “congelando” novas reivindicações territoriais.

É importante salientar que antes desse tratado, foi a Organização das Nações Unidas (ONU) que levou a cabo as primeiras iniciativas para proteção do meio ambiente, ela foi criada especificamente em 1945, sob os escombros do fim da 2ª Guerra Mundial, com o objetivo de realizar a manutenção da paz para as próximas gerações, promoção da cooperação nos tópicos de direito e segurança internacional, desenvolvimento socioeconômico, além da promoção dos direitos humanos (Nações Unidas, 1945).

A ONU, por meio de comissões e programas começou seu trabalho, inicialmente com agências que tinham caráter regional, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), posteriormente passou a patrocinar programas:

“[...] variados e [...] voltados para a educação de crianças, **para a conservação do ambiente**, para os direitos das minorias, para a melhor distribuição de alimentos no mundo com o objetivo de eliminar a fome, entre outros” (Ribeiro, 2005, p.59, grifo nosso).

Entretanto, o marco inicial para a institucionalização dos problemas ocasionados pelo advento da crise ambiental, foi o ano de 1968, pois neste ano ocorreram eventos e publicações importantes para tornar o debate iniciado por Rachel Carson em 1962, uma instituição global e consolidada, e que posteriormente teria o papel de promover uma coordenação política entre todos os Estados para estabelecer soluções.

Em abril de 1968, o Clube de Roma foi criado para reunir cientistas, educadores, economistas, industriais e funcionários públicos de vários países, para estudar e discutir assuntos relacionados com o ambiente humano; três meses depois ocorreu a 45ª Sessão do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU, sessão considerada a primeira aonde em que a ONU

debate questões de âmbito ambiental sobre uma ótica global, que justificaria a convocação de uma conferência internacional, que mais tarde ocorreria em Estocolmo (Dias, 2015; Ribeiro, 2005).

Em setembro, ocorreu a Conferência da Biosfera, a maior em número de adesão de delegados para tratar da temática ambiental, com 263 delegados de 63 países e 88 representantes de organizações internacionais, e a primeira a ressaltar que as questões de proteção e utilização dos recursos naturais devem ser observadas em conjunto e abordadas de forma interdisciplinar, tema que mais tarde culminaria com o conceito de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2007).

No fim de 1968, Paul Ehrlich e Garret Hardin publicaram cenários problemáticos sobre a relação entre os humanos, os recursos naturais e o ambiente, o livro *The population bomb* de Ehrlich, alertou que o crescimento populacional tornaria o planeta insustentável, debate aberto no século anterior por Thomas Malthus (1766-1834), Hardin através do artigo *The tragedy of the Commons*, alertou, segundo Dias (2015, p. 95) que

“quando se explora o meio ambiente, que é um bem comum, buscando o benefício privado, podem ser causados impactos ambientais que afetam negativamente o bem-estar de outras pessoas que não tem relação com que os gera.”

A década de 70 começou direcionando os debates para a necessidade de uma mudança no modelo de desenvolvimento vigente para um que contemple o meio ambiente. Em 1971, o Programa Homem e a Biosfera, criado pela Conferência da Biosfera em 1968, é formalmente concretizado, no qual contou com a participação de representantes e observadores internacionais, bem como de organizações como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (UNESCO, 2007).

“Entre seus objetivos, o programa estabelece a necessidade de se obter mais conhecimento para a utilização racional e a conservação dos recursos da biosfera, e para melhorar a relação do homem com o meio ambiente, bem como se conhecer como as ações de hoje afetarão o mundo do amanhã” (Dias, 2015, p. 96).

No mesmo ano, é feita uma reunião em Founex (Suíça), de preparação para à conferência internacional da ONU que aconteceria no ano seguinte. Reunindo especialistas, sobretudo apoiados pelos países em desenvolvimento, a reunião de Founex, como ficou conhecida, ampliou o debate sobre a relação do modelo de desenvolvimento vigente na sociedade com os problemas ambientais.

No relatório elaborada na reunião, chegaram a conclusão de que as más condições de vida da população, tanto no meio rural, como urbano, nos países em desenvolvimento, desencadeavam problemas ambientais, logo, era necessário que houvesse maior desenvolvimento nestes países (Dias, 2015).

No ano seguinte, o Clube de Roma em conjunto com cientistas do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), publicou o livro *The Limits of Growth* que contribuiu imensamente com o debate, porque explorou fatores que interferem na sustentabilidade do planeta: o crescimento populacional, o crescimento industrial e o esgotamento dos alimentos e outros recursos naturais (Meadows *et al.*, 1972).

O livro ressaltou a questão de que enquanto houvesse uma população e industrialização crescente, que demandassem recursos naturais, os quais são limitados, a crise ambiental continuaria com a possibilidade do fim da civilização.

Entretanto, o livro sugeriu também uma solução, apontando para uma mudança no modelo de desenvolvimento vigente também, bem como a estabilização do crescimento populacional (Meadows *et al.*, 1972). No livro consta que a mudança deveria ser fundamentada por dois pontos: “1. Sustentável, sem colapso inesperado e incontrolável. 2 Capaz de satisfazer aos requisitos materiais básicos de todas as pessoas”¹³, e conclui também que

“Estamos mais convencidos de que a pressão demográfica o mundo já atingiu um nível tão alto e é, além disso, tão desigualmente distribuído, que isso por si só deve forçar a humanidade a buscar um estado de equilíbrio em nosso planeta. [...] Reconhecemos que o equilíbrio mundial pode se tornar uma realidade somente se o grupo dos chamados países em desenvolvimento for substancialmente melhorado, tanto em termos absolutos como em relação às nações economicamente

¹³ Tradução livre da autora. No original: “1. *sustainable without sudden and uncontrollable collapse*; and 2. *capable of satisfying the basic material requirements of all of its people*” (Meadows et al, 1972, p. 158).

desenvolvidas, e afirmamos que a melhoria só pode ser alcançada através de uma estratégia global”¹⁴ (Meadows *et al*, 1972, p. 191).

Houve a institucionalização dos problemas ambientais, mas também o início de uma polarização, porque a partir destes dois últimos debates, os países em desenvolvimento, também chamados de países do Sul, apoiaram-se na prerrogativa de que necessitavam de desenvolvimento, e este deveria ser feito a qualquer custo, sem considerar danos ao meio ambiente, ou seja, defendiam o desenvolvimento (e por isso também foram chamados de “desenvolvimentistas”). Enquanto os países desenvolvidos, às vezes chamados de países do Norte, defendiam uma limitação do desenvolvimento, ou seja, defendiam um crescimento zero (e por isso também foram chamados de “zeristas”) com base no livro do Clube de Roma, entretanto, essa limitação deveria ocorrer apenas nos países em desenvolvimento (Dias, 2015; Ribeiro, 2005; Meadows *et al*, 1972).

A seguir, vejamos de forma aprofundada a ocorrência das conferências realizadas pela ONU, bem como debates e documentos complementares, sobre a proteção do meio ambiente, entre 1972 a 2012.

Em 1972, a polarização entre “desenvolvimentistas” e “zeristas”, é de facto consolidada, pois é o ano da realização da Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, na Suécia, que “embora não tenha sido convocada explicitamente para discutir o desenvolvimento, tornou-se um fórum de debates entre diferentes posições dos países do Norte e do Sul” (Dias, 2015, p. 99).

Para organizá-la, foi constituída uma Comissão Preparatória que

“realizou quatro sessões. A primeira ocupou-se com a parte operativa e com a definição de como os estados-membros deveriam atuar; na segunda, foi adotada a agenda provisória e decidida a natureza do documento a ser assinado em 1972; [...] coube à terceira sessão examinar o progresso verificado na apreciação dos temas substantivos e apresentar o esboço da Declaração sobre o Meio Ambiente; a quarta

¹⁴ Tradução livre da autora. No original: “*We are further convinced that demographic pressure in the world has already attained such a high level, and is moreover so unequally distributed, that this alone must compel mankind to seek a state of equilibrium on our planet. [...] We recognize that world equilibrium can become a reality only if the lot of the so-called developing countries is substantially improved, both in absolute terms and relative to the economically developed nations, and we affirm that this improvement can be achieved only through a global strategy*” (Meadows, 1972, p. 191).

sessão, realizada em março de 1972, ocupou-se da parte funcional da conferência, inclusive dos aspectos financeiros” (Nascimento e Silva, 1955 apud Ribeiro, 2005, p. 74).

Os países em desenvolvimento fortaleceram o discurso sobre terem o direito ao progresso econômico e social, e que o apoio a este, que viesse a ser estabelecido, atuaria na proteção do meio ambiente, isso porque consideravam que os países em desenvolvimento não possuíam um histórico de poluição global, em comparação aos países desenvolvidos (Greene, 2001).

Foram reunidos “113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intragovernamentais e não governamentais” como compartilha McCormick (1992 apud Ribeiro, 2005, p. 74), e nesse contexto, apenas dois chefes de Estado estiveram presentes, Olof Palme e Indira Gandhi, da Suécia e Índia, respectivamente.

Apesar de não contar com mais chefes de Estado, a Conferência foi importante expõe Ribeiro (2005), pois representou a inclusão da preocupação ambiental na agenda dos países.

Segundo Greene (2001) para além da consolidação da relação entre ambiente e desenvolvimento no contexto das relações Norte e Sul, os debates na conferência desencadearam um maior conhecimento sobre a responsabilidade de cooperar entre Estados para com o meio ambiente, principalmente com o suporte do documento produzido na conferência, a Declaração de Estocolmo, a qual indicava 26 princípios para uma cooperação internacional. Considerando que o presente trabalho se dedica especialmente a questão da poluição atmosférica, na declaração, dois princípios são destaques:

“Princípio 6. Deve-se pôr fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações que excedam a capacidade do meio ambiente de neutralizá-los, para que não se causem danos graves ou irreversíveis sobre os ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição”¹⁵ (Nações Unidas, 1972).

¹⁵ Tradução livre da autora. No original: “*The discharge of toxic substances or of other substances and the release of heat, in such quantities or concentrations as to exceed the capacity of the environment to render them harmless, must be halted in order to ensure that serious or irreversible damage is not inflicted upon ecosystems. The just struggle of the peoples of all countries against pollution should be supported*” (Nações Unidas, 1972, p. 4).

“Princípio 21. Os Estados têm, de acordo com a Carta das Nações Unidas e os princípios do direito internacional, o direito soberano de explorar seus próprios recursos de acordo com suas próprias políticas ambientais e a responsabilidade de assegurar que as atividades dentro de sua jurisdição ou controle não causem danos o ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional”¹⁶ (Nações Unidas, 1972).

No que diz respeito a quem são destinadas as medidas citadas, entende-se nos dois itens que são medidas para todos os países, não existindo diferenças entre desenvolvidos ou em desenvolvimento, embora alguns países já se identificassem com um dos dois grupos.

A responsabilidade estabelecida em documentos legais, não só levou a ONU a criar uma agência específica para reforçar a dimensão ambiental nas atividades exercidas mundo a fora, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), mas impulsionou os países a criarem ministérios e agências para tal, e que formariam uma rede global de monitorização sobre as decisões tomadas em Estocolmo junto a organizações não governamentais, prática esta que permaneceria até os dias de hoje (Dias, 2015)

Em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) com a colaboração do PNUMA e outras organizações não governamentais, elaborou um documento, denominado *World Conservation Strategy*, que pela primeira vez propôs um novo modelo desenvolvimento à sociedade, para conservar o meio ambiente sem travar o desenvolvimento, o modelo de “desenvolvimento sustentável” (IUCN, 1980).

Dois documentos elaborados por 105 delegações sob a coordenação do PNUMA dois anos depois, foram pertinentes para construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a Declaração de Nairóbi e a Carta Mundial para a Natureza; a primeira endossou pontos da Declaração de Estocolmo, mas preocupando-se também com o estado atual do meio ambiente; a Carta

¹⁶ Tradução livre da autora. No original: “*States have, in accordance with the Charter of the United Nations and the principles of international law, the sovereign right to exploit their own resources pursuant to their own environmental policies, and the responsibility to ensure that activities within their jurisdiction or control do not cause damage to the environment of other States or of areas beyond the limits of national jurisdiction*” (Nações Unidas, 1972, p. 4)

Mundial trouxe princípios para que o mundo não compromettesse todas as formas de vida e todas as áreas do planeta (Dias, 2015).

Para construção de facto do conceito de Desenvolvimento Sustentável, a ONU constituiu em 1983 uma comissão para tal, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) também conhecida como *World Commission on Environment and Development (WCED)* ou Comissão Brundtland, por contar com a ministra norueguesa Harlem Gro Brundtland na presidência.

Cinco anos depois, a Comissão publicou o relatório *Our Common Future*, aonde definiu pela primeira vez o modelo de Desenvolvimento Sustentável, como aquele “que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”¹⁷ (WCED, 1987, p. 41).

O conceito então definido, foi inserido ao debate na segunda grande conferência da ONU para o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, ficou conhecida como Cimeira da Terra ou Rio 92, e não só sensibilizou as sociedades e grupos políticos para a promoção do desenvolvimento sustentável, como também elaborou documentos para tal (Agenda 21, Carta da Terra, e a Declaração de Princípios sobre Florestas, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). E ao contrário da Conferência sobre Meio Ambiente Humano de 1972, a CNUMAD mobilizou um grande número de lideranças políticas,

“dela participaram 178 Estados-nação, dos quais 114 chegaram a ser representados pelos respectivos Chefes de Estado, dentre os quais podemos destacar lideranças dos países centrais como George Bush, François Mitterrand e John Major, na época respectivamente presidentes dos Estados Unidos e da França e primeiro-ministro [do Reino Unido], e expoentes da periferia, como Fidel Castro, presidente de Cuba” (Ribeiro, 2005, p. 108).

¹⁷ 1. Tradução livre da autora. No original: “is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (WCED, 1987, p. 41)

Dentre os documentos, foram criadas três convenções, para que os países pudessem assinar, e assim implementar ajustes mais rígidos em relação a cada área destes tratados, bem como, cada convenção seria um processo para revisão e discussão de informações: a Convenção sobre Diversidade Biológica, abordaria a proteção da biodiversidade; a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a redução da desertificação; e a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change, UNFCCC*), as mudanças climáticas (Dias, 2015).

Das convenções resultantes da CNUMAD, a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas foi a de facto mais importante para a questão da poluição atmosférica, esta convenção procurava estabilizar as emissões de GEE de forma que estivessem em um nível que não necessitasse da intervenção humana e promovia o desenvolvimento sustentável.

Em 1988, o PNUMA junto à Organização Meteorológica Mundial, criou o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change*) conhecido como IPCC, o qual era composto por representantes de 130 países, com o objetivo de produzir resumos e relatórios para maior entendimento sobre as alterações climáticas por meio de “avaliações na literatura técnico-científica existente” (Dias, 2015, p. 130).

Em 1994, entrou em vigor a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (*UNFCCC*), e como um tratado, tinha em sua base a convergência formal de determinados interesses das Partes contratantes, sob o princípio de “boa fé”¹⁸, ou seja, as Partes - os Estados signatários da *UNFCCC* - deveriam sob boas intenções cumprir o que viesse a ser estipulado formalmente (Nações Unidas, 1986; 1992).

¹⁸ O princípio da boa-fé, no original “*good faith principle*”, é a abordagem e interpretação que deve ser utilizada entre os membros dos tratados. Consta nos Art.26 e Art.31 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (Nações Unidas, 1986, p. 99-100).

Com exceção do facto estrutural mencionado acima, a *UNFCCC* não estabeleceu quaisquer obrigações legais, denominadas na área de “vínculos jurídicos”¹⁹, sobre as emissões ou mecanismos de fiscalização, pelo contrário, apenas incentivou que as informações ali reunidas, como as apresentadas pelos relatórios elaborados pelo IPCC, fossem utilizadas como referência para as Partes e que estas cooperem entre si para que os futuros compromissos possam ser desenvolvidos, e aceitos (Nações Unidas, 1986; 1992).

A convenção também dividiu as Partes em três grupos, cada grupo teria compromissos distintos, eles foram denominados Partes do Anexo I, Partes do Anexo II e Parte não-anexo I.

O grupo “Partes do Anexo I” foi composto por países industrializados (desenvolvidos), responsáveis históricos pela emissão de GEE, nomeadamente membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como Estados Unidos, União Europeia, e países com economias em transição, como Ucrânia, Polónia, incluindo os Estados bálticos e a Federação Russa; o “Partes do Anexo II” foi composto pelos membros da OCDE, mas sem os países com economias em transição; e o “Parte não-anexo I” foi composto por países em desenvolvimento, como os países da América Latina, incluindo Guiana Francesa, com exceção da Jamaica, países da África e grande parte da Ásia, incluindo China, com exceção do Japão (UNFCCC, 1992).

A *UNFCCC* também dispôs uma plataforma denominada Conferência das Partes (COP) para reunir seus signatários para que pudessem debater, negociar e elaborar protocolos e acordos, com ou sem medidas para vinculação jurídica, a fim de estabilizar os níveis de concentração de GEE, e para manter sob observação a implementação dos compromissos que a Convenção desenvolvesse em relação as alterações climáticas, as reuniões aconteceriam anualmente, utilizando também as produções do IPCC sobre as mudanças climáticas (Dias, 2015).

¹⁹ O vínculo jurídico, no original “*legally binding*”, refere-se a um compromisso de colaboração maior e legal dos Estados membros de um tratado, comprometerem-se com o que for decidido neste tratado. (IISD, s.d.)

Em 2000, várias nações reunidas na Cimeira do Milênio junto a ONU, em Nova Iorque, estabeleceram os “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” (ODM), uma declaração com 8 compromissos os quais deveriam ser alcançados em quinze anos, todos voltados a combater a pobreza e outros problemas da sociedade (PNUD Brasil, s.d.).

Dois anos depois, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, foi realizada na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, este encontro ficou conhecido como Rio+10, pois foi realizado dez anos após a Rio 92 e seu objetivo era avaliar o progresso até aquele momento dos países quanto ao que foi estabelecido na Rio 92 (Dias, 2015).

Em 2012, foi realizada a terceira conferência da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS). A CNUDS ficou conhecida como Rio+20 por ter ocorrido vinte anos após a Rio 92, e ficou encarregada de elaborar novos compromissos para 2030, tendo em vista que os ODM não estariam em vigor a partir de 2015, este encontro também produziu um documento que reforçou os compromissos de conferências anteriores, em especial sobre o desenvolvimento sustentável, denominado “O futuro que queremos” (*The Future We Want*), que reúne anseios sobre o futuro (Nações Unidas, 2012a).

Como mencionado anteriormente, a Conferências das Partes (COP) foi criada para ser órgão próprio da *UNFCCC*, seu objetivo reunir seus signatários para debater, negociar e estabelecer metas e prazos para “estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera a um nível que impeça uma interferência antropogênica perigosa no sistema climático”²⁰, e para rever o comprometimento individual (*UNFCCC*, s.d. a).

Foram realizadas dezessete COPs de 1995 a 2012, nestes encontros, os Estados signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (*UNFCCC*) puderam cooperar entre si e também com

²⁰ Tradução livre da autora. No original: “*stabilization of greenhouse gas concentrations in the atmosphere at a level that would prevent dangerous anthropogenic interference with the climate system*” (UNFCCC, 1992, p. 04).

diversas organizações internacionais, como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas).

A primeira COP aconteceu em Berlim em 1995, segundo Dias (2015, p. 134) foi “a primeira revisão da adequação dos compromissos dos países desenvolvidos”. Esta COP esboçou um acordo para o estabelecimento de metas e prazos específicos para a redução de GEE, embora os países em desenvolvimento não tivessem sido incluídos. Tal acordo mais tarde, na COP 3 em 1997, seria negociado entre os signatários da *UNFCCC*.

A COP 2, segunda edição da COP, foi realizada em Genebra (Suíça), antecedeu a COP 3 complementando o trabalho realizado na COP 1, criando um mecanismo para ajuda financeira aos países em desenvolvimento, o Fundo Global para o Meio Ambiente, já que estes não teriam metas diretamente vinculadas a redução de emissão de GEE.

Tal acordo negociado em 1997, foi chamado de Protocolo de Quioto, tendo em vista que a COP 3 foi realizada na cidade japonesa de mesmo nome. Este acordo estabeleceu medidas legalmente vinculantes para 37 países desenvolvidos e a União Europeia, na qual deveriam reduzir a emissão de GEE em pelo menos 5% abaixo dos níveis de 1990, durante o período de 2008 a 2012 (*UNFCCC*, 1998).

Embora esse tratado tenha passado por anos sem adesão do número necessário de países para entrar em vigor²¹, tendo entrado em vigor apenas em 2005 com a ratificação da Rússia, este tratado foi um dos mais importantes da época, pois estabeleceu responsabilidades e obrigações para redução das emissões dos GEE para os países desenvolvidos, responsáveis históricos pelos altos índices de emissões (Dias, 2015).

Considerando sua importância, um ano antes do fim do prazo de expirar o Protocolo de Quioto, em 2011, os Estados signatários da *UNFCCC* discutiram na COP 17 sediada na cidade sul-africana de Durban, a criação “Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre a Plataforma de Durban para a Ação Reforçada”, para estabelecer um segundo período de compromissos para o

²¹ Para o Protocolo de Quioto entrar em vigor era preciso que houvesse assinaturas que contabilizassem pelo menos 55% das emissões totais de gases de efeito estufa (Dias, 2015).

Protocolo de Quioto, e para a formulação de um roteiro para criação de um novo acordo internacional com novas metas para redução da emissão de GEE que compreenda todos os países integrantes da Convenção, ao contrário do Protocolo que contempla apenas alguns países desenvolvidos (UNFCCC, 2012).

A criação do grupo de trabalho era impulsionada pela realidade do período, em que existia uma lacuna entre as

“ações e intenções nacionais e internacionais para reduzir as emissões e o nível atual necessário para manter as temperaturas globais subindo não mais que dois graus acima de seu nível pré-industrial, acima do qual a ciência mostra que existe um risco maior de impactos climáticos muito sérios”²² (UNFCCC, s.d. b)

E impulsionada também por países em desenvolvimento que criticavam os países desenvolvidos sob o Protocolo, de não cumprirem suas obrigações de redução de GEE, e de não apoiarem os países em desenvolvimento com ajuda financeira e técnica, considerando o princípio de “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”²³.

Os debates na COP 17 apontaram para a necessidade de maior empenho de todos os países, mas sem desconsiderar o mesmo em relação aos países desenvolvidos. Estes foram alertados para fazerem mais esforços para a redução da lacuna mencionada anteriormente, e a pertencerem a uma rede global para fornecer capacitação, financiamento e tecnologia para os países em desenvolvimento, para que estes tornem-se resilientes, ou seja, capazes de recuperar seu equilíbrio, após os impactos das alterações climáticas.

Ao fim, esta COP conseguiu estabelecer a “Plataforma de Durban”, a qual fixou para iniciar em 2013, o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, e outros detalhes, como a data de finalização, a serem definidos nas próximas conferências; estabeleceu um roteiro para criação de

²² Tradução livre da autora. No original: “current national and international actions and intentions to reduce emissions and the actual level required to keep average global temperatures rising no more than two degrees above their pre-industrial level, above which science shows that there is a much higher risk of very serious climate impacts” (UNFCCC, s.d. b).

²³ “Responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, tradução de “Common But Differentiated Responsibilities (CBDR)”, princípio da UNFCCC, que reconhece que todos devem cooperar para lidar com a destruição ambiental, mas segundo suas capacidades e responsabilidades. (UNFCCC, 1992)

um acordo internacional a vincular todos os países, a ser formalizado até 2015, para vigência a partir de 2020; e para apoiar financeiramente os países em desenvolvimento, estabeleceu o Fundo Verde para o Clima, também para iniciar a partir de 2020 (*UNFCCC*, 2012).

No ano seguinte, em 2012, foi realizada a COP 18, na capital do Catar, em Doha. Nesta edição da COP, os países estabeleceram o segundo período de compromisso do Protocolo, onde as partes do Protocolo se comprometeram a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 18% abaixo dos níveis de 1990 no período de oito anos, entre 2013 a 2020 (*UNFCCC*, s.d. c).

Entretanto, diferente do primeiro período de compromisso, o segundo período não alcançou a quantidade necessária de ratificações para entrar em vigor, afinal, segundo estabelecido na reunião, era preciso que $\frac{3}{4}$ dos membros do Protocolo ratificassem o segundo momento, ou seja 144 ratificações dos 192 membros, o que não foi alcançado até agora, pois foram apenas 112 ratificações (*UNFCCC*, s.d. c).

Para os países em desenvolvimento, esta emenda que estenderia o Protocolo de Quioto era importante (e continua sendo), pois através dela, os principais responsáveis pelas alterações climáticas (Anexo I) cumpririam suas obrigações, pelo menos até 2020, ano em que o novo acordo entraria em vigor.

Em resumo, este é o contexto ambiental que nos permite aferir nos próximo dois capítulos a evolução, os objetivos e o comportamento do país que representa um quinto da Humanidade.

Capítulo 2: Política Chinesa para o meio ambiente

2. 1. Mao Tsé-Tung e as reformas domésticas como prioridade

A proteção ambiental nem sempre esteve na agenda política da RPC, proclamada em 1949 por Mao Tsé-Tung, líder do Partido Comunista da China²⁴ (PCC). Após a proclamação da RPC, no cerne das tomadas de decisão do governo de Mao, predominava a preocupação com o desenvolvimento econômico do país, priorizando a melhoria dos padrões de vida e o aumento da riqueza nacional, isto porque o líder comunista assumiu a tarefa de reconstrução nacional, após décadas de guerras no país (Shouqiu e Voigts, 1993).

Para tal reconstrução, Mao instaurou diversas reformas no setor agrícola e industrial com base na *luta de classes*²⁵, começando pela redistribuição das terras entre os camponeses, coletivização forçada da mão de obra e animais de tração, e industrialização das cidades (Chang-Sheng, 2004).

Os camponeses teriam de ser “solidários” para responder prontamente a formação de *equipes de ajuda mútua* no campo, entretanto, os desinteressava a próxima etapa: a criação de cooperativas agrícolas, isto porque o governo desta maneira os faria entregar animais e terras, tendo inclusive alguns destes animais sido abatidos ou soltos neste processo, o que mais tarde de facto ocorreu revelando assim uma pontual ação contra o meio ambiente (Chang-Sheng, 2004).

Ainda que existissem alguns costumes rurais considerados sustentáveis na sociedade tradicional chinesa, pouco restou com as políticas promovidas por Mao, porque para além das reformas socialistas, o meio ambiente para o líder chinês era algo a ser aproveitado ou superado, e

²⁴ “O Partido Comunista da China é uma[sic] pioneiro vanguarda da classe operária e do povo chinês e da nação chinesa. Sendo o núcleo dirigente da causa socialista de tipo chinês, o Partido Comunista da China atende às demandas do desenvolvimento da produtividade avançada, à orientação do avanço da cultura avançada e dos interesses fundamentais do povo. O elevado ideal e o objetivo final do Partido Comunista da China é a realização do comunismo” (China ABC, s.d.).

²⁵ Luta de Classes é um conceito marxista, aonde “as classes, o poder de Estado e os partidos políticos irão morrer muito naturalmente” (Kissinger, 2011, p. 107) dando lugar ao comunismo.

controlado, e não algo a qual o ser humano pertencesse (Shapiro, 2001; Marks, 2011).

Esta conceptualização do ambiente explica a construção de barragens para controlar diversos rios e seus afluentes a partir de 1950, especialmente ao longo do Rio Huai, considerando as recorrentes inundações ali ocorridas, e como vantagem os reservatórios poderiam ainda servir para irrigação, pesca, e outras atividades que desenvolvessem a infraestrutura agrícola. Mas segundo Economy (2010, p. 52), a “maior parte das barragens [...] havia desmoronado em dois ou três anos e a barragem no rio Amarelo [...] rapidamente se encheu de lama, tornando-o inútil”²⁶, como passou a se repetir noutros rios nas duas décadas seguintes.

Para Mao, a coletivização no campo não bastava, era preciso acelerar a produção industrial da China, porque o objetivo era “transformar a China de um país agrário e atrasado em um país industrial, avançado e verdadeiramente socialista” (Chang-Sheng, 2004, p. 107), daí a necessidade de um *grande salto*, que ficou conhecido como “Grande Salto em Frente”, e que foi orientada pela economia centralmente planificada, ou seja, pelo esboço prévio do Estado quanto à produção e ao consumo (Economy e Levi, 2014).

Uma das primeiras ações do Grande Salto em Frente, foi a “Campanha dos Quatro Pragas” em 1958, que eliminou ratos, moscas, mosquitos e pardais. Estes animais eram vistos pelo governo como ameaças para a higiene – indispensável para a China ambicionada por Mao –, e para a produção agrícola, sobretudo os pardais, que segundo o líder chinês, eram responsáveis por comer as sementes dos campos (Shapiro, 2001).

Durante o massacre das “quatro pragas”, o Departamento de Proteção de Plantas da Universidade Agrícola do Sudoeste de Chongqing, verificou, segundo Shapiro (2001, p. 87), mais infestações, até que mais tarde,

²⁶ Tradução livre da autora. No original: “Most of the [...] dams had collapsed within two or three years and the dam on the Yellow River [...] quickly filled up with silt, rendering it next to useless” (Economy, 2010, p. 52).

“cientistas apontaram que os pardais também comem insetos”²⁷ e não somente sementes, ou seja, ainda que os pardais fossem ameaças, eram ao mesmo tempo aliados dos camponeses no controle de infestações. Assim a campanha que seria como um *grande salto em frente* na higiene e agricultura chinesa, foi o primeiro passo de um *grande salto para trás*.

O *grande salto* na indústria de facto, tem seu início também em 1958, após Mao afirmar no ano anterior, que a China em 15 anos, ultrapassaria o Reino Unido na produção de aço (Chan-Sheng, 2010).

“Segundo notícia da Agência Xinhua, em setembro de 1958, mais de 50 milhões de pessoas trabalharam para a campanha de aço. Em outubro, 60 milhões foram mobilizadas para fabricar aço. Em dezembro, mais de 90 milhões trabalharam nos fornos de quintal. Se incluirmos a participação dos residentes das cidades, os funcionários do governo, os alunos das escolas primárias e secundárias, os estudantes das faculdades e os soldados do exército, podemos afirmar que os envolvidos chegaram a 100 milhões, ou seja, um sexto da população chinesa” (Chang-Sheng, 2004, p. 113).

Para além da eliminação de animais, degradação da terra arável e da poluição causada pelas queimas nos fornos para produção de aço e ferro, Mao também ordenou o desmatamento para suprir a demanda por combustível para estes, segundo Shouqiu e Voigts (1993).

“Camponeses mobilizados pelo governo, construíram mais de 600 mil fornos de fabricação de ferro e aço, os quais eram alimentados por carvão, madeira, palha ou o que quer que queimasse. Estes fornos foram muito mal construídos, e sem nenhuma consideração pelo meio ambiente”²⁸ (Shouqiu e Voigts, 1993, p. 20).

Estas campanhas do governo, junto a sua população que chegava aos 600 milhões, fizeram o país experimentar em seu ambiente uma devastação generalizada, porque a poluição do ar, da água, entre outros recursos, era desenfreada e a oferta de alimentos comprometida (Shouqiu e Voigts, 1993; Shapiro, 2001). É preciso mencionar também, que “na China maoísta, a falta de liberdade de expressão e de investigação intelectual teve graves

²⁷ Tradução livre da autora. No original: “*Later, scientists pointed out that sparrows also eat insects*” (Shapiro, 2001, p. 88)

²⁸ Tradução livre da autora. No original: “*For example, in 1958, peasants mobilized by the government built over 600,000 iron and steel making furnaces, which were fueled by coal, wood, straw, or whatever would burn. These furnaces were built very poorly, and with no consideration for the environment*” (Shouqiu e Voigts, 1993, p. 20).

consequências para a relação humana com a natureza. As previsões de especialistas oferecidas à liderança da China, foram ignoradas ou anuladas”²⁹.

“dessa vez, Mao estabeleceu um desafio tão fora da esfera da realidade objetiva que até o povo chinês ficou aquém de sua realização. As metas [...] eram exorbitantes, e a perspectiva de dissidência ou fracasso era tão aterrorizante que os quadros locais costumavam fraudar seus números de produção e enviar relatórios com totais inflados para Pequim” (Kissinger, 2011, p. 189).

Assim, este foi o segundo passo para o *grande salto* para trás, porém desta vez o acerto de contas foi a “Grande Fome Chinesa”, como ficou conhecida a maior fome da história ocorrida de 1959 a 1961, que desencadeou milhões de mortes, com estimativas variando de 20 a 40 milhões, segundo Economy & Levi (2014, p. 19), a até 45 milhões segundo Dikötter & Mandim (2017, p. 388), ou mesmo a até 50 milhões segundo Shapiro (2001, p. 89).

Apesar do episódio da “Grande Fome Chinesa”, não se pode negar o progresso, de forma lenta, na melhoria do padrão de vida dos chineses, especialmente em questões materiais, no governo de Mao, inclusive, segundo o Conselho Europeu de Relações Exteriores (2012), com a distribuição uniforme de recursos, “criou uma sociedade igualitária, com um coeficiente de Gini inferior a 0,3”³⁰, criando assim uma base para o desenvolvimento futuro.

Como reflexo da maior atenção do governo às reformas domésticas e essencialmente ao desenvolvimento econômico sob o alicerce da ideologia comunista, a China teve uma preocupação mínima com os problemas ambientais, como foi observado. Qualquer discussão ambiental no período era vista como nódoa a reputação do comunismo, as poucas leis aprovadas eram ajustadas para não interferir na industrialização, sendo que a maioria delas “não foram bem distribuídas em toda a hierarquia nacional, nem foram

²⁹ Tradução livre da autora. No original: “*In Maoist China, lack of freedom of speech and of intellectual inquiry had grave consequences for the human relationship with nature. Expert views actively proffered to China’s leadership were ignored or overruled*” (Shapiro, 2001, p. 24).

³⁰ Tradução livre da autora. No original: “*created an egalitarian society, with a Gini co-efficient of below 0.3*” (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 61).

geralmente bem implementadas”³¹, revelando uma *low position* da China na área de proteção ambiental (Shouqiu e Voigts, 1993).

A atividade internacional era igualmente irrelevante, com exceção das reivindicações dos territórios, os quais Mao considerava partes integrantes da China.

“Zhou Enlai, o primeiro-ministro das Relações Exteriores da República Popular da China, resumiu essa atitude de distanciamento numa série de aforismo. A nova China não iria simplesmente se deixar ingressar em relações diplomáticas existentes. [...] As relações com o novo regime teriam de ser negociadas caso a caso. A nova China iria ‘fazer uma [limpeza] na casa antes de trazer convidados’.” (Kissinger, 2011, p. 111)

A “limpeza” citada por Zhou Enlai, refletia o desejo de Mao de não relacionar-se com países “imperialistas” enquanto desenvolvesse suas políticas comunistas, afinal havia uma incompatibilidade ideológica com o resto do mundo, e não havia relação com uma “limpeza” que poderia ser na área ambiental, como por exemplo reduzir as emissões de GEE. Ainda assim, relações individuais estiveram na agenda chinesa, à luz de serem “negociadas caso a caso”, como na primeira década com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Índia, e na segunda década com os Estados Unidos da América (Kissinger, 2011) e com países africanos e grupos insurgentes “numa tentativa de encorajar ‘guerras de libertação nacional’ e revolução”³² (Worden, R. L., et al., 1988).

Segundo Shouqiu e Voigts (1993) o país estava minimamente envolvido na diplomacia internacional nesse período, por isso, segundo Economy (2010, p. 15) as “campanhas isolaram a China do resto do mundo e deixaram dezenas de milhões de chineses mortos ou presos e a economia chinesa em ruínas”³³.

³¹ Tradução livre da autora. No original: “*were neither well-distributed throughout the national hierarchy, nor generally well-implemented*” (Shouqiu e Voigts, 1993, p. 20).

³² Tradução livre da autora. No original: “*in an attempt to encourage ‘wars of national liberation’ and revolution*” (Worden, R. L., et al., 1988, p. 496).

³³ Tradução livre da autora. No original: “*campaigns isolated China from the rest of the world and left tens of millions of Chinese dead or imprisoned, and the Chinese economy in shambles*” (Economy, 2010, p. 15).

O episódio da Grande Fome Chinesa, comprometeu diversos setores fundamentais da China, entre eles o setor agrícola, que se encontrava em estado de decadência, e o próprio setor de administração pública, que enfrentava críticas severas, inclusive sendo uma das principais vítimas da Revolução Cultural³⁴.

“As tentativas periódicas de reparar a degradação ambiental sofreram com a falta de fundos e a má aplicação das leis ambientais. Antes de 1972, não existiam leis ambientais: a indústria usava rios como sistemas de drenagem e a qualidade do ar diminuía constantemente”³⁵. (Economy, 1997, p. 22)

Esta situação adversa, alertou o governo para a necessidade do restabelecimento das relações políticas e econômicas com o resto do mundo, como para a mudança em sua postura com o meio ambiente, portanto, no início de 1970, a China começou a abandonar seu *low profile*, para se juntar a outros países, os quais davam os primeiros passos no debate sobre sua relação com o meio ambiente.

Segundo Economy (2010, p. 97) “mesmo antes da ascensão de Deng Xiaoping, em 1978, os ventos de proteção ambiental na China começaram a mudar. Em 1972, três acontecimentos provocaram uma nova consciência ambiental em Pequim”³⁶.

O primeiro, ocorreu no litoral da cidade de Dalian, quando a praia tornou-se negra de tanta poluição, matando peixes e outros seres vivos, inclusive, o dique e o porto foram corroídos e obstruídos, respectivamente, pela quantidade de conchas poluídas ali existentes; o segundo, quando peixes contaminados do reservatório de Guanting, apareceram no mercado da capital chinesa de Pequim, o terceiro, foi a realização da Conferência das Nações

³⁴ A Revolução Cultural, também chamada de Grande Revolução Cultural Proletária, foi uma campanha ofensiva contra todos grupos e formas de oposição as políticas do governo de Mao, em que a China esteve “erguendo-se com fúria indiscriminada contra o bloco soviético, as potências ocidentais e suas próprias história e cultura”. Teve como resultado “uma espetacular carnificina humana e institucional” (Kissinger, 2011, p. 197-198).

³⁵ Tradução livre da autora. No original: “Periodic attempts to redress environmental degradation suffered from a lack of funds and poor enforcement of environmental laws. Prior to 1972, no environmental laws existed: industry used rivers as drainage systems, and air quality declined steadily” (Economy, 1997, p. 22).

³⁶ Tradução livre da autora. No original: “Even before the ascension of Deng Xiaoping in 1978, the winds of environmental protection in China had begun to shift. In 1972, three events sparked a new environmental consciousness in Beijing” (Economy, 2010, p. 97).

Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo (Economy, 2010; 2002).

Tal conferência, foi a primeira em que a ONU examinou o impacto do desenvolvimento social e econômico no meio ambiente, e a primeira em que a RPC, após assumir o assento chinês na ONU em 1971³⁷, enviou sua delegação, “abrindo as portas para uma nova compreensão dos problemas ambientais da China e soluções potenciais”³⁸ (Economy, 2010; Shouqiu e Voigts, 1993).

Em Estocolmo, a delegação chinesa desempenhou um papel importante, sugerindo dez princípios a serem incorporados na declaração final da conferência, segundo Economy (2010, p. 98), as exigências expressas em alguns dos princípios eram as seguintes:

“Assegurar o direito dos países em desenvolvimento de se desenvolver primeiro e enfrentar seus desafios ambientais, um por um; rejeitar a natureza “infundada” da “visão pessimista” dos outros no que diz respeito à relação entre crescimento populacional e proteção ambiental; proibir armas bioquímicas e proibir e destruir todas as armas nucleares; atribuir responsabilidade às superpotências pela destruição do ambiente humano por meio de suas políticas “imperialistas” de pilhagem, agressão e guerra; países sancionadores que saquearam e destruíram o meio ambiente dos países em desenvolvimento; combater coletivamente contra a poluição; compensar qualquer país poluído por outro; apoiar a livre transferência de conhecimento científico e técnico.”³⁹ (Economy, 2010, p. 98)

Entretanto, os membros da delegação, segundo Economy (1997, p. 22), “foram amplamente considerados participantes disruptivos e não-

³⁷ O assento chinês na ONU pertencia a Taiwan, “sede do governo exilado da República da China”. A República Popular da China, com sua capital em Pequim, assumiu em 1971 o assento chinês após ser considerada o governo chinês legítimo, porque “na concepção de Pequim, Taiwan era uma província renegada” (Kissinger, 2011, p. 159).

³⁸ Tradução livre da autora. No original: “*Opening the door to a new understanding of China’s environmental problems and potential solution*” (Economy, 2010, p. 97).

³⁹ Tradução livre da autora. No original: “*Assure the right of developing countries to develop first and address their environmental challenges one by one; reject the “groundless” nature of the others’ “pessimistic view” in the respect to the relationship between population growth and environmental protection; ban biochemical weapons and prohibit and destroy all nuclear weapons; assign responsibility to the superpowers for the destruction of the human environment through their “imperialist” policies of plunder, aggression, and war; sanction countries that plundered and destroyed the environment of developing countries; fight collectively against pollution; compensate any country polluted by another; support the free transfer of scientific and technical knowledge*” (Economy, 2010, p. 98).

construtivos”⁴⁰. Tal ocorrido deveu-se ao facto de que a abordagem chinesa revelava um país mais inclinado a discutir sobre a crise e proteção ambiental sob o contexto de Guerra Fria, do que debater sobre as experiências e políticas chinesas na área, afinal, os princípios sugeridos referenciavam um mundo dividido por países em desenvolvimento, que no caso seriam a China e Índia, entre outros, e países desenvolvidos, que seriam os Estados Unidos e alguns países da Europa.

A maioria dos princípios não foram adotados, exceto os princípios sobre a necessidade de lutar de forma coletiva contra a poluição e o da promoção da livre transferência de conhecimento científico e técnico, o que resultou na ausência da assinatura chinesa na declaração final. Tal decisão, também foi influenciada pela necessidade chinesa de uma abordagem integrada, mas também pela situação doméstica em que a China se encontrava, em que ainda estava subordinada ao caos da Revolução Cultural, pelo menos até a morte de Mao (Economy, 2010).

Segundo Economy e Levi (2014) uma China política e economicamente estável, inclusive na esfera de proteção ambiental, só foi possível com a consolidação do poder por Deng Xiaoping em 1978, afinal, até esse ano, a prioridade eram as reformas domésticas sob “uma economia planejada, um sistema político leninista e uma política externa de propagação da revolução global”⁴¹ (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012).

Praticamente, a China deu seus primeiros passos em Estocolmo, para assumir uma posição de liderança no contexto da proteção ambiental, porque a sua delegação, não só ajudou ativamente na formulação da declaração final, mas também porque adotou a direção do grupo dos países em desenvolvimento. Este grupo do qual a China também fazia parte junto com a Índia, lutou para defender os seguintes aspectos: os países desenvolvidos eram os maiores responsáveis pela poluição, considerando que já passaram

⁴⁰ Tradução livre da autora. No original: “they were widely considered disruptive and unconstructive participants.” (Economy, 1997, p. 22)

⁴¹ Tradução livre da autora. No original: “a planned economy, a Leninist political system, and a foreign policy of spreading global revolution” (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 10)

por um grande desenvolvimento, como também tinham os fundos, a tecnologia e capacidade de gestão ambiental em níveis avançados, ao contrário dos países em desenvolvimento, que ainda necessitavam de criar tais competências – e também por isto, não deveriam ter seu desenvolvimento limitado em detrimento da proteção ambiental – (Economy, 2010; Shouqiu e Voigts, 1993).

E apesar deste envolvimento inicial ter sido relativamente curto, Economy (1997, p. 22) explica que

“Quando a delegação voltou para a China, seu relatório levou o primeiro-ministro Zhou Enlai a organizar a primeira conferência nacional sobre proteção ambiental, realizada em junho de 1973. Além disso, um grupo de representantes dos ministérios do planejamento, agricultura, comunicações, conservação da água, saúde pública e indústria foram reunidos em carácter formal para analisar a situação e as práticas ambientais da China e considerar quais as etapas que a China deveria tomar para enfrentar seus problemas ambientais.”⁴²

Para além da organização da conferência e do grupo interministerial para debater sobre a proteção ambiental na China, governos locais foram convocados a estabelecer organizações para pesquisa, controle e monitoramento do meio ambiente, ainda que todos estes esforços tivessem autoridade e infraestrutura insuficientes para tal. (Economy, 2010, p. 98-99).

De 1970 a 1973, a China entrou em sete convenções e tratados ambientais, dentre eles a Convenção sobre a Plataforma Continental, Convenção da Organização Meteorológica Mundial, Organização Mundial da Saúde, embora tenha voltado a fazê-lo somente a partir de 1979 (Shouqiu e Voigts, 1993).

⁴² Tradução da autora. No original: “when the delegation returned to China, its report prompted Premier Zhou Enlai to organize the first national conference on environmental protection, which was held in June 1973. In addition, an elite group of representatives from the ministries of planning, agriculture, communications, water conservancy, public health, and industry were brought together in a formal capacity to review China’s environmental situation and practices and consider what steps China should take to address its environmental problems.” (Economy, 1997, p. 22)

Assim, o início dos anos 70 foi o período em que a institucionalização da proteção ambiental começou a caminhar a nível doméstico e internacional, com o inicial envolvimento do país em conferências e tratados, e o desenvolvimento de mecanismos burocráticos mínimos de proteção ambiental, mas sempre de maneira contida, devido à instabilidade no país, aonde somente após 1978 a China terá uma presença e participação mais visível no plano internacional (Economy, 2010, p. 20-21, 98-99, 132)

2. 2. A Era de Deng Xiaoping e o “desenvolvimento pacífico”

Com a liderança de Deng em 1978, a instabilidade política e social presente na China começou a ser travada, e as Quatro Modernizações⁴³ idealizadas por Zhou Enlai, iniciadas. Em praticamente duas etapas, final dos anos 70 ao início dos anos 80, e meados e final dos anos 80 aos anos 90, “Deng Xiaoping e seus partidários iniciaram uma reforma abrangente do sistema econômico e político do país”⁴⁴ segundo Economy (2010, p.16), tudo para implementar o “socialismo com características chinesas”, aonde sectores do mercado são abertos a investimentos estrangeiros para promover o crescimento econômico no país, a população é encorajada a abrir empresas também, mas o Estado controla ambos (Kissinger, 2011, Economy, 2010).

A primeira etapa envolveu o desmantelamento da coletivização da agricultura; a diminuição do controle estatal, especialmente sobre o mercado, o qual foi aberto para investimentos estrangeiros para impulsionar a recuperação e desenvolvimento econômico; e a entrega de parte da autoridade econômica de Pequim a oficiais locais, para diminuição da influência do PCC no desenvolvimento das atividades nas províncias chinesas (Economy, 2010).

Sobre a proteção ambiental, alguns avanços foram percebidos, porque no fim dos anos 70 e “início dos anos 80, o governo chinês realizou uma série de reuniões importantes e aprovou regulamentações para controlar a poluição industrial e marinha”⁴⁵.

Em 1978, a preocupação com o meio ambiente e o dever estatal de o proteger foram reconhecidos na constituição chinesa, no ano seguinte, o Congresso da China aprovou uma proposta de lei com princípios básicos para proteção do meio ambiente e para desenvolvimento de uma estrutura legal para tal (Economy, 2010).

⁴³ As Quatro Modernizações foram revitalizações nas áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e na área militar chinesa. (Economy, 2010)

⁴⁴ Tradução livre da autora. No original: “Deng Xiaoping and his supporters initiated a wholesale reform of the country's economic and political system” (Economy, 2010, p. 16).

⁴⁵ Tradução livre da autora. No original: “early 1980s, the Chinese government held a series of important meetings and passed regulations to control industrial and marine pollution” (Economy, 2010, p.100).

A segunda etapa (1980-1990), envolveu o maior relaxamento do “rígido controle estatal que, de uma forma ou de outra, definia a situação econômica e política da China desde 1950”⁴⁶ (Economy, 2010, p. 16). Deng encorajou a instalação de empresas privadas, especialmente nas Zonas Econômicas Especiais (*Special Economic Zones - SEZs*)⁴⁷, diminuiu o papel das empresas estatais, exceto em setores estratégicos como bancário e de energia, e concedeu aos governos locais maior autoridade econômica, deixando governantes locais e agricultores, autorizados a aprovar *joint ventures* e a criar suas próprias empresas locais, respectivamente (Kissinger, 2011; Economy, 2010).

O rápido desenvolvimento econômico era o principal objetivo do governo, o meio ambiente era secundário, segundo Economy (2010, p. 18) “a máxima ‘primeiro desenvolvimento, depois meio ambiente’ foi um refrão comum durante os anos 80 e boa parte dos anos 90”⁴⁸, o que explica a construção de fábricas em locais inapropriados para tal, como ao longo do Rio Huai, e o próprio lixo gerado pelas fábricas que era despejado nos rios e seus afluentes.

Com tais reformas, Deng inaugurou um período de crescimento sem precedentes, que impulsionaria a China a chegar ao *status* de segunda maior economia do mundo em 2010/2011. Durante seu mandato (1978 a 1990), o PIB manteve-se um crescimento anual acima de 3%, alcançando aproximadamente dois dígitos de 1984 a 1988, ao contrário da última década do governo de Mao, cujo os números revelavam um crescimento negativo de 5,77% em 1967 (Worldbank, 2018a, Shouqiu e Voigts, 1993).

“Medido em termos do padrão de pobreza do Banco Mundial, o número de pessoas pobres na China caiu de 652 milhões para 135 milhões entre 1981 e 2004 - em outras palavras, mais de meio bilhão de pessoas foram

⁴⁶ Tradução livre da autora. No original: “tight state control that, in one way or another, had defined China’s economic and political situation since 1950” (Economy, 2010, p. 16).

⁴⁷ Para acolher o investimento estrangeiro, Deng criou as Zonas Econômicas Especiais (*Special Economic Zones -SEZs*) “onde as empresas recebiam maior liberdade de ação e os investidores ganhavam condições especiais” (Kissinger, 2011, p. 389)

⁴⁸ Tradução livre da autora. No original: “The maxim ‘First development, then environment,’ was a throughout the 1980s and much of the 1990s” (Economy, 2010, p. 18).

retiradas da pobreza”⁴⁹ (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p.63).

Entretanto, as reformas trouxeram novos problemas ambientais, que inclusive se estenderam durante os mandatos de Jiang Zemin (1993-2003) e Hu Jintao (2003-2013) respectivamente, afinal, não eram apenas os números econômicos que disparavam, as emissões de dióxido de carbono aumentaram de 0.943 toneladas métricas per capita em 1970 para 5.702 em 2008 (Banco Mundial, 2018^a).

“A fim de buscar a mais alta taxa possível de crescimento econômico nesse estágio de seu desenvolvimento, a China ignorou em grande medida a justiça social, os direitos dos trabalhadores, a saúde pública, os cuidados médicos, **o meio ambiente**, a defesa nacional e assim por diante. Isso causou sérias consequências, bem como um sentimento generalizado de insegurança, desigualdade e desconforto entre a população”⁵⁰ (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 63, grifo nosso).

Isto porque “o uso de carvão da China mais do que quadruplicou, passando de pouco mais de 600 milhões de toneladas no final dos anos 70 para mais de 2,75 bilhões de toneladas em 2008, tornando-se o maior consumidor de carvão do mundo”⁵¹ sendo que este alimentava aproximadamente 70% das necessidades do país, o que na época era predominantemente direcionado ao desenvolvimento econômico (Economy, 2010).

⁴⁹ Tradução livre da autora. No original: “Measured in terms of the World Bank poverty standard, the number of poor people in China fell from 652 million to 135 million between 1981 and 2004 – in other words, more than half a billion people were lifted out of poverty” (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 63).

⁵⁰ Tradução livre da autora. No original: “In order to pursue the highest possible rate of economic growth at this stage of its development, China to a large extent ignored social justice, workers’ rights, public health, medical care, the environment, national defence, and so on. This caused serious consequences as well as a widespread sentiment of insecurity, inequality, and discomfort among the population” (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 63).

⁵¹ Tradução livre da autora. No original: “China’s coal use has more than quadrupled from just over 600 million metric tons in the late 1970s to more than 2,75 billion metric tons in 2008, making it the world’s largest consumer of coal” (Economy, 2010, p. 74).

Segundo Kahn, J. e Yardley, J. (2006) do *The New York Times*, para Pan Yue, vice-ministro de 2003 a 2006 da Administração Estatal de Proteção Ambiental (mais tarde renomeado para Ministério de Proteção Ambiental), as concessões de autoridade econômica aos governos locais de Deng mostraram que “a expansão vertiginosa de indústrias altamente poluentes e de alta energia gerou interesses especiais. Protegidos por governos locais, algumas empresas tratam os recursos naturais que pertencem a todas as pessoas como sua propriedade privada”⁵².

Estas concessões deixaram os governantes livres para concentrar seus trabalhos no crescimento econômico, deixando o meio ambiente de lado, como ocorreu nas cidades e províncias ao redor do Vale Huai, os quais foram negligentes com a limpeza do Rio Huai; inclusive esta liberdade os permitia serem aliados ou até mesmo proprietários parciais das indústrias, o que diminuía as chances de controle das mais poluentes (Economy, 2010)

Apesar disso, algumas poucas regiões do país, como Dalian e Shanghai, alcançaram alguns benefícios para o meio ambiente, e consequentemente para a população local. Isto ocorreu devido ao comprometimento dos governantes locais com a proteção ambiental e pela boa gestão dos recursos financeiros que eram disponibilizados pela sociedade internacional (Economy, 2010).

E, “tal como no domínio da economia, Deng Xiaoping e os seus apoiantes aceleraram amplamente o desenvolvimento de um esforço nacional de proteção ambiental”⁵³, por isso em 1984, o governo central criou o Escritório Nacional de Proteção Ambiental, também conhecido como Agência Nacional de Proteção Ambiental (*National Environmental Protection Agency - NEPA*), e os governos locais seguiram o exemplo transformando suas organizações de monitorização em agências locais para

⁵² Tradução livre da autora. No original: “the crazy expansion of high-polluting, high-energy industries has spawned special interests. Protected by local governments, some businesses treat the natural resources that belong to all the people as their own private property” (New York Times, 2006).

⁵³ Tradução livre da autora. No original: “As they did in the realm of the economy, Deng Xiaoping and his supporters greatly accelerated the development of a nationwide environmental protection effort” (Economy, 2010, p. 99).

proteção ambiental (*Environmental Protection Bureaus - EPBs*). O NEPA conseguiu maior independência para reportar os problemas ambientais diretamente ao Conselho do Estado em 1988, devido aos esforços do químico Qu Geping. Qu foi o primeiro administrador chefe da agência, tendo não só participado na Conferência de Estocolmo em 1972, como sido representante da China no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1976 a 1977 (Economy, 2010).

Enquanto isso, as SEZ, as quais eram destinadas à construção estrangeira, não possuíam qualquer restrição para proteger o meio ambiente até meados dos anos 80, quando foram criadas regulações para tal. No fundo, projetos que poluíssem de alguma maneira o ambiente nestas zonas, não teriam a aprovação do governo, e poderiam até mesmo serem multadas (Economy, 2010; Shouqiu e Voigts, 1993). Assim, “a China estava disposta a responsabilizar as empresas estrangeiras por sua poluição, e foi exemplo das primeiras tentativas da China de combinar a regulação ambiental com o crescimento econômico”⁵⁴ segundo Shouqiu e Voigts (1993, p. 28).

Em suma, o governo fez alguns esforços para proteção ambiental no âmbito doméstico e internacional, como visto acima, mas muitas vezes o dilema entre desenvolvimento e ambiente foi resolvido em detrimento do segundo.

Para dar continuidade a todas estas conquistas econômicas, políticas, e até mesmo ambientais, a definição de questões técnicas da relação entre a economia e o Partido e “a qualidade dos funcionários encarregados de empreender as reformas” eram fundamentais, porque segundo Kissinger (2011, p. 389) “as questões ideológicas” e “a propriedade continuaria nas mãos do Estado, [mas a gestão] seria deixad[a] na maior parte para os administradores” das empresas. Para tal, Deng a partir de 1987, empreendeu reformas na estrutura do Partido, modernizou a burocracia e alterou cargos, inclusive aposentando alguns membros “mais velhos” e selecionando “mais

⁵⁴ Tradução livre da autora. No original: “China was willing to hold foreign companies responsible for their pollution, and was example of China’s early attempts to combine environmental regulation with economic growth” (Shouqiu e Voigts, 1993, p. 28).

jovens” igualmente revolucionários, e com melhores níveis de instrução (Kissinger, 2011).

No decorrer deste período o governo de Deng começou a encontrar tensão, não só entre os políticos os quais estavam com seus cargos ameaçados devido às reformas, mas também entre a população, a qual começava a perceber que embora a riqueza e o bem-estar tenham aumentado, as desigualdades também se reforçaram graças ao encorajado “socialismo com características chinesas” de Deng, e tais desigualdades só poderiam ser reparadas se o sistema político fosse mais participativo e aberto a nível popular (Kissinger, 2011).

A China voltou a se dividir sobre o destino e a sua relação com o Ocidente, uma parte da população, principalmente comunistas tradicionais e intelectuais começavam a perceber a relação com o exterior como uma ameaça à essência moral chinesa, afinal “disparidades de renda, roupas coloridas e até provocantes e o enaltecimento de itens ‘de luxo’” surgiam, e eram consideradas uma “liberalização burguesa” (Kissinger, 2011, p. 394)

Em 15 de abril de 1989, Hu Yaobang, o antecessor do secretário-geral Zhao Ziyang e igualmente importante partidário de Deng, faleceu. Hu auxiliou Deng no estabelecimento das reformas, de tal forma que seu falecimento levou a uma comoção popular na Praça Tiananmen em Pequim (Kissinger, 2011, Vaz-Pinto, 2010). Entretanto, esta manifestação adquiriu conotações políticas e levaram milhares de estudantes, inicialmente na Praça, e até o início de junho, em 341 cidades, a verbalizarem, através de manifestações em ruas, escolas, e outros sectores da sociedade chinesa, “sua frustração com a corrupção, a inflação, o controle da imprensa, as condições nas universidades e a persistência dos ‘anciões’ do Partido em continuar governando por trás dos panos” (Kissinger, 2011, p. 396).

“A 20 de Maio foi decretada a Lei Marcial e a partir desse momento o confronto entre os manifestantes e a liderança do PCC passou a ser cada vez mais evidente. Há muitos aspectos destas manifestações que ainda hoje não são claros, sobretudo no que toca a números” (Vaz-Pinto, 2010, p. 61).

Embora dividido sobre o uso da força, Deng enviou o Exército de Libertação Popular (ELP) para conter os protestos no dia 04 de Junho daquele ano, mas tanto durante, quanto após a ação do ELP, foram calculadas milhões de exílios, perseguições e mortes de manifestantes – embora estes números também não sejam perfeitamente claros –, bem como foi observada a demissão de alto dirigentes, como a de Zhao e a própria saída consciente de Deng (Kissinger, 2011).

Como substituto de Zhao na secretaria geral do Partido em 1989 a 2002, Jiang Zemin acabou por assumir a presidência em resposta à instabilidade relatada anteriormente e a percepção negativa da China no Ocidente depois do “4 de Junho de 1989”. Apesar da instabilidade, Jiang deu continuidade às reformas de Deng, principalmente ao “aprofundamento de suas ligações com as instituições internacionais e a economia mundial – incluindo um mundo ocidental muitas vezes enfático em sua crítica das práticas políticas domésticas chinesas” (Kissinger, 2011, p. 434), especialmente na esteira de Tiananmen, e da própria retração popular das ligações da China com o Ocidente.

Esse aprofundamento foi impulsionado pela estratégia de “*Going Out*” (algo como “Ir para fora”), criada conjuntamente com seu primeiro-ministro Zhu Rongji, para encorajar as empresas estrangeiras a estabelecerem-se no país, e as chinesas no estrangeiro, resultando em um desenvolvimento econômico rápido para “consolidar o sistema socialista e manter a estabilidade social a longo prazo”⁵⁵ (Economy e Levi, 2014).

A nível doméstico, houve um recuo maior do Estado em sua posição de prestador de assistência social, delegando para atores não estatais, como instituições e Organizações Não Governamentais (ONG) os serviços nos setores da educação, saúde e proteção ambiental. A participação popular nestes era encorajado pelo PCC, ainda que fossem bastante controlados pelo governo (Economy, 2010).

⁵⁵ Tradução livre da autora. No original: “*consolidate the socialist system and maintain long-term social stability*” (Economy e Levi, 2014, p. 48).

A definição da política externa de Jiang (embora só tenha sido feita em 1997), desde sua tomada de poder, primou pela retomada e aprofundamento dos relacionamentos com outros países, com “extensas viagens ao estrangeiro, conferências internacionais, entrevistas e diálogos diplomáticos e econômicos” (Kissinger, 2011, p. 435). É neste contexto que encontramos a participação da China na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento no Rio em 1992.

Nesta conferência, onde os delegados discutiram sobre um acordo para proteção ambiental, a delegação chinesa apresentou novamente os princípios comunicados em Estocolmo, porém de forma resumida, defendendo que

“A proteção ambiental só pode ser eficaz quando o desenvolvimento for alcançado; os países desenvolvidos são responsáveis pela degradação ambiental global; A China não deve falar sobre sua responsabilidade pela poluição e degradação ambiental global; os países desenvolvidos devem compensar os países em desenvolvimento pelos esforços que empreendem para cumprir os acordos ambientais internacionais e devem fornecer tecnologia ambiental e propriedade intelectual a preços abaixo do mercado; e a soberania dos direitos dos recursos naturais deve ser respeitada”⁵⁶ (Economy, 2010, p. 102).

E teve seu papel novamente considerado de obstrução à criação de um acordo sobre proteção, especialmente pela sua posição de liderança junto os países em desenvolvimento e contrária à de países desenvolvidos (Economy, 2010).

Enquanto isso, a noção da importância das Organizações não Governamentais (ONG) veio principalmente do fórum paralelo à conferência, e também em resposta às “crescentes preocupações e demandas de bem-estar”⁵⁷ (Economy, 2010, p. 137), em questões abrangentes como direitos humanos, incluindo a proteção ambiental, e direitos civis (Vaz-Pinto, 2010).

⁵⁶ Tradução livre da autora. No original: “*Environmental protection can only be effective when development has been attained; the develop countries are responsible for global environmental degradation; China should not talk about its responsibility for global environmental pollution and degradation; de developed countries should compensate developing countries for the efforts they undertake to meet international environmental agreements and should provide environmental technology and intellectual property at below-market prices; and the sovereignty of natural resource rights must be respected*”(Economy, 2010, p. 102).

⁵⁷ Tradução livre da autora. No original: “*growing social welfare concerns and demands*” (Economy, 2010, p. 137)

Na conferência paralela, ONG dos países participantes foram convidadas para estender o debate sobre a proteção ambiental, mas a China foi constrangida nesta reunião por apresentar “organizações não-governamentais organizadas pelo governo” (*government-organized non-governmental organization - GONGO*), as quais serviam para estabelecer empreendimentos entre o governo chinês e governos estrangeiros, ou mesmo ONG estrangeiras, sem participação livre e popular, para atrair dinheiro, ou seja, ONG não “genuínas”, de tal forma que “em junho de 1993, o governo citou pela primeira vez a participação pública como meta na proteção ambiental”⁵⁸ (Economy, 2010, p. 103).

O encorajamento a criação de ONG trouxe certo receio ao governo, isto porque não sabiam o que essas forças sociais poderiam trazer, se de facto os objetivos traçados por cada uma seriam cumpridos, e principalmente pela dificuldade de contê-los se viessem a ameaçar o governo, como ocorreu na URSS (Economy, 2010, p. 135-143).

A exemplo, o engenheiro de informação Hu Jia, que entrou na Amigos da Natureza – a primeira ONG ambiental encorajada pelo governo, segundo Economy (2010) – após se graduar em 1996, e começou defendendo a proteção ambiental, especialmente do antílope tibetano, em seguida, em 2000, passou a advogar em outra ONG, sobre o tratamento que o governo fornecia a pessoas com o vírus da SIDA, e a partir daí, passou a advogar pelos direitos humanos, especialmente durante os Jogos Olímpicos de Verão de 2008 em Pequim, tornando-se um crítico absoluto em relação a política chinesa. (Vaz-Pinto, 2010; BBC News, 2008)

Hu sofreu perseguições e prisões pela sua dissidência em relação ao PCC, mas também foi reconhecido e admirado mundo a fora, pela coragem em advogar pelos direitos humanos em seu país, inclusive, ganhou o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento do Parlamento Europeu em Dezembro de 2008, mesmo não podendo comparecer à entrega em Estrasburgo (Vaz-Pinto, 2010; Parlamento Europeu, 2008).

⁵⁸ Tradução livre da autora. No original: “in June 1993, the government for the first time cited public participation as a goal in environmental protection” (Economy, 2010, p. 103).

Apesar disso, a China manteve seu apoio a criação de ONG, embora os resultados deste comportamento, ainda sejam desafios para o governo até os dias de hoje. A vantagem vista pelo governo a respeito das ONG e também instituições internacionais também encorajadas, é que muitas delas possuíam conexões globais, as quais segundo Economy (2010, p. 138) “preenchem as necessidades da sociedade e ganham elogios internacionais”⁵⁹.

Em paralelo ao trabalho das ONG, os órgãos de proteção ambiental nacionais ainda enfrentavam a burocracia hierárquica do governo chinês. Em 1998, o NEPA foi elevado a Administração Estatal de Proteção Ambiental (*State Environmental Protection Administration - SEPA*). No entanto, a sua elevação administrativa não resultava em maior estrutura para promover seus interesses, até porque, a capacidade de coordenação, a transparência, as leis, e até mesmo o número de funcionários eram insuficientes para tal. O resultado da ausência de um órgão suficientemente competente para fiscalizar e proteger o meio ambiente, foi o seguinte: as empresas estrangeiras, mas principalmente as pequenas empresas locais (*Townships and Village Enterprises - TVEs*) – muitas vezes integradas em empresas estrangeiras – impulsionaram muito o crescimento econômico da China, mas “foram estimadas por serem responsáveis por 50 por cento de todos os poluentes nacionalmente”⁶⁰ em 2000, não é difícil perceber que

“a integração com a economia global, apesar de proporcionar alguns benefícios ambientais, também contribuiu para o novo status da China como um destino de escolha para as indústrias que mais danificam ambientalmente o mundo - usinas petroquímicas, fábricas de semicondutores e minas de tiras, entre outras”⁶¹ (Economy, 2010, p. 63).

É facto que “de muitas maneiras, o processo de reforma está deixando uma pegada tão grande sobre o ambiente natural como séculos de domínio

⁵⁹ Tradução livre da autora. No original: “fill societal needs and earn international praise” (Economy, 2010, p. 138).

⁶⁰ Tradução livre da autora. No original: “were estimated to be responsible for 50 percent of all pollutants nationally” (Economy, 2010, p. 63).

⁶¹ Tradução livre da autora. No original: “Integration with the global economy, while providing some environmental benefits, has also contributed to China’s new status as a destination of choice for the world’s most environmentally damaging industries - petrochemical plants, semiconductor factories, and strip mining among others” (Economy, 2010, p. 63)

imperial, republicano, e comunista fizeram anteriormente”⁶², isto porque os números crescentes de degradação ambiental não pararam de crescer no governo de Jiang. Como mencionado anteriormente a emissão de GEE, atingiu números elevados especialmente porque a fonte da poluição era a mesma fonte do crescimento econômico chinesa: no governo de Jiang, o PIB chinês de 1993 a 2003, teve um crescimento anual não inferior a 7%, e a partir de 2000, um crescimento médio de 9%, acima da média mundial de 3% (Banco Mundial, 2018b).

Apesar dos diversos constrangimentos, a China ganhou mais respeito como país em desenvolvimento ativo na sociedade internacional, com a maior população do mundo, segunda maior economia do mundo, e também pelo aumento da participação chinesa em discussões ambientais a nível doméstico, mas principalmente mundo a fora, segundo Shouqiu e Voigts (1993, p. 24) “só em 1990, a China enviou mais de 120 grupos ambientais para o exterior e recebeu delegações estrangeiras de mais de 50 países”⁶³.

Em 2002, a China ratificou o Protocolo de Quioto, elaborado em 1997 pela UNFCCC, onde “os líderes chineses prometeram reduzir a intensidade energética do país (consumo de energia por unidade do PIB) em 20% entre 2006 e 2010 e aumentar o papel da energia renovável no *mix* primário para 10% até 2010 e 15% até 2020”⁶⁴ (Economy, 2010, p. 104).

Como observado, houve um crescimento constante e sem precedentes na China durante as duas últimas décadas, principalmente no setor econômico, mesmo com a crise financeira asiática de 1997 a 1998. Em julho de 2001, a China teve sua vitoriosa candidatura para ser sede das Olimpíadas de 2008, e em dezembro de 2001, entrou na Organização Mundial do Comércio (OMC). Tais acontecimentos fortaleceram o status de uma China

⁶² Tradução livre da autora. No original: “*In many ways, the reform process is leaving as large a footprint on the natural environment as did centuries of imperial, republican, and early communist rule*” (Economy, 2010, p. 64).

⁶³ Tradução livre da autora. No original: “*In 1990 alone China sent over 120 environmental groups abroad and received foreign delegations from over 50 countries*” (Shouqiu e Voigts, 1993, p. 24)

⁶⁴ Tradução livre da autora. No original: “*China’s leaders pledged to reduce the country’s energy intensity energy consumption per unit of GDP by 20 percent between 2006 and 2010, and to increase the role of renewable energy within the primary energy mix to 10 percent by 2010 and 15 percent by 2020*” (Economy, 2010, p. 104).

cada vez mais “independente de suas próprias soluções – e uma fonte de auxílio emergencial para outras economias em crise” (Kissinger, 2011, p. 461), bem como impulsionaram as negociações, as quais aumentaram o volume de investimentos e exportações.

Enquanto isso, mais um desastre ambiental era vivenciado em território chinês, em julho de 2001, chuvas intensas levaram à inundação dos afluentes do Rio Huai, e esta inundação liberou “mais de 38 bilhões de galões de água altamente poluída no Huai”⁶⁵, o rio principal, algo como 1.4384565 x 10¹¹ litros, resultando na concentra o de lixo e na morte de peixes (Economy, 2010, p. 01).

Anteriormente ao desastre, a situa o do rio já era bastante precária, com diversos episódios de degrada o ambiental, principalmente polui o, o que foi diminuindo drasticamente a qualidade da água para consumo e outras práticas. Esta foi consequência da constru o de fábricas e barragens, e da própria negligência das autoridades locais e nacionais, que consideravam o rio Huai como um rio sob condi o controlada quanto   sua qualidade, quando a realidade era o oposto (Economy, 2010).

O crescimento econ mico sem precedentes, levou o governo chinês a articular a proposi o da ‘ascensão pacífica’ para “apaziguar as apreensões estrangeiras acerca de seu poder crescente” explica Kissinger (2011, p. 479) e para assegurar a sociedade internacional que o país iria procurar crescer em coopera o com os outros países, prevenindo crises, inclusive na área ambiental, o que explica também o aumento das participa es da China em discussões sobre a prote o do meio ambiente (Zheng, 2005a, b).

A origem do conceito de “ascensão pacífica” de Zheng, encontra-se em 2002, no seu discurso no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais dos Estados Unidos, e o conceito em seu sentido completo, em 2003, no seu discurso no Fórum de Bo’ao para a Ásia (Zheng, 2005a), que foi depois, em 2005, publicado na *Foreign Affairs*.

⁶⁵ Tradu o livre da autora. No original: “more than 38 billion gallons of highly polluted water into the Huai” (Economy, 2010, p. 01).

Segundo Zheng (2005b), a “ascensão pacífica” podia ser resumida em três estratégias: “forjar um novo caminho de industrialização baseado em tecnologia, eficiência econômica, baixo consumo de recursos naturais em relação ao tamanho de sua população, baixa poluição ambiental e alocação ótima de recursos humanos”⁶⁶, emergir sem “seguir o caminho da Alemanha até a Primeira Guerra Mundial ou da Alemanha e do Japão que antecederam a Segunda Guerra Mundial, quando esses países saquearam violentamente recursos e perseguiram a hegemonia”⁶⁷; e “construir uma sociedade socialista harmoniosa [...] fortalecendo suas instituições democráticas e o estado de direito e tentando construir uma sociedade estável baseada em uma civilização espiritual”⁶⁸ (Zheng, 2005b).

Segundo Kissinger (2010, p. 478) o objetivo do conceito era nortear a política doméstica, e principalmente a política externa do país para o século 21, considerando este um “período de oportunidade estratégica” para a China consolidar o desenvolvimento chinês, sobretudo após os erros das últimas décadas, especialmente a Revolução Cultural, e minimizar a percepção internacional de que este desenvolvimento, visto externamente como crescimento, desencadearia conflitos, como ocorreu tradicionalmente com alguns países ocidentais, como já visto.

A “ascensão pacífica” tornou-se o assunto principal no debate sobre qual seria o caminho que a China percorreria nesse período: houve críticos no país quanto ao carácter harmonioso do conceito, como o coronel-sênior do ELP ⁶⁹ Liu Mingfu, que acreditava que a China “não pode se apoiar unicamente em suas virtudes tradicionais de harmonia” e deve “tornar-se número um do mundo”, tendo inclusive publicado sob este argumento o livro “O Sonho da China: Grande Poder de Pensamento e Posicionamento

⁶⁶ Tradução livre da autora. No original: “*forge a new path of industrialization based on technology, economic efficiency, low consumption of natural resources relative to the size of its population, low environmental pollution, and the optimal allocation of human resources*” (Zheng, 2005b).

⁶⁷ Tradução livre da autora. No original: “*follow the path of Germany leading up to World War I or those of Germany and Japan leading up to World War II, when these countries violently plundered resources and pursued hegemony*” (Zheng, 2005b).

⁶⁸ Tradução livre da autora. No original: “*construct a harmonious socialist society [...] strengthening its democratic institutions and the rule of law and trying to build a stable society based on a spiritual civilization*” (Zheng, 2005b).

⁶⁹ O Exército Popular de Libertação (ELP) é o principal braço militar da RPC subordinado ao PCC, contém mais de 2,3 milhões de tropas ativas (Zissis, 2006).

Estratégico na Era Pós-americana” em 2010, conforme citado por Kissinger (2010, p. 486).

Considerando que este cenário em que a mentalidade de Guerra Fria persistia, Hu Jintao, o presidente da China a partir de 2003, adotou a orientação proposta pelo conceito de “ascensão pacífica” de Zheng Bijian.

Segundo ele,

“a China deve tentar estabelecer um novo tipo de relações exteriores que possa ‘satisfazer o público chinês e ao mesmo tempo tranquilizar as pessoas de todas as nações’. A China deve buscar o devido respeito na política mundial. Deveria convocar a comunidade internacional, especialmente os principais atores, a reconhecer o direito da livre escolha em diferentes caminhos de desenvolvimento e ideologias”⁷⁰ (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, pp. 108-109).

No ano seguinte, em 2004, no Fórum Bo’ao para Ásia, Hu Jintao reiterou que o conceito de Zheng Bijian era de facto a estratégia da China, alterando apenas o termo “ascensão” para “desenvolvimento”, desta forma, a China tinha uma estratégia “esteticamente” mais voltada a sua política doméstica e menos “ofensiva”, especialmente aos países vizinhos (Hu, 2004).

“A China seguirá um caminho de desenvolvimento pacífico, mantendo as bandeiras da paz, do desenvolvimento e da cooperação, unindo-se aos outros países asiáticos para promover o rejuvenescimento asiático e contribuindo mais para a elevada causa da paz e do desenvolvimento no mundo”⁷¹ (Hu, 2004).

A estratégia tinha como premissa a procura de um mundo mais justo e harmonioso, tendo este último termo inclusive, sido enfatizado pelo presidente Hu no ano seguinte, quando, segundo Kissinger (2011, p. 479), “Hu Jintao proferiu um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas

⁷⁰ Tradução livre da autora. No original: “China should try to establish a new type of foreign relations that can ‘satisfy the Chinese public and at the same time reassure people of all nations’. China should seek its due respect in world politics. It should call on the international community, especially the major players, to recognise the right of free choice in different development paths and ideologies” (Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, pp. 108-109).

⁷¹ Tradução livre da autora. No original: “China will follow a peaceful development path holding high the banners of peace, development and cooperation, join the other Asian countries in bringing about Asian rejuvenation, and making greater contribution to the lofty cause of peace and development in the world” (Hu, 2004)

[sobre o desenvolvimento pacífico], intitulado ‘A construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum’”.

“Fei Xiaotong, um dos mais famosos sociólogos chineses e filósofos, resumiu o caminho futuro do país nas relações exteriores: ‘Aprecie a cultura e os valores dos outros como você faz o seu e o mundo vai se tornar um todo harmonioso’”⁷²(Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 109).

Assim, o “desenvolvimento pacífico” tornou-se uma orientação para a China prosseguir seu desenvolvimento, sobretudo econômico, mantendo a paz (Kissinger, 2011). Só que para dar continuidade a este desenvolvimento, a China precisava de grandes quantidades de eletricidade para dar conta da procura das antigas e novas indústrias, bem como da própria população crescente. O resultado foi a construção de barragens hidroelétricas e torres eólicas, estas fontes renováveis de energia. No entanto,

“atenderão apenas 20% das necessidades projetadas de energia da China até 2020. Assim, a China não está apenas evitando aumentar seu total atual de vinte e duas mil grandes centrais hidroelétricas, está construindo uma média de uma central a carvão por semana”⁷³ (Marks, 2011, p. 312)

A alta procura por combustível, a população crescente e a continuidade na construção de centrais de carvão, fizeram os níveis de poluição dispararem: em 2006, a China possuía 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo, e três anos depois, em 2009 “a China ultrapassou os Estados Unidos como o maior emissor mundial de dióxido de carbono e, portanto, o principal contribuinte do mundo para o aquecimento global”⁷⁴.

⁷² Tradução livre da autora. No original: “*Fei Xiaotong, one of the most famous Chinese sociologists and philosophers, has summarised the country’s future path in foreign relations: ‘Appreciate the culture and values of others as you do your own, and the world will become a harmonious whole’*”(Conselho Europeu de Relações Exteriores, 2012, p. 109).

⁷³ Tradução livre da autora. No original: “*renewable sources combined will meet only 20 percent of China’s projected energy needs by 2020. Thus not only is China not backing off from adding to its current total of twenty-two thousand large hydropower dams, it is building an average of one coal-fired power plant per week*” (Marks, 2011, p. 312).

⁷⁴ Tradução livre da autora. No original: “*by 2009 China had surpassed the United States as the world’s biggest emitter of carbon dioxide, and hence as the world’s major contributor to global warming*” (Marks, 2011, p. 312).

Assim há muito para equilibrar entre o desenvolvimento econômico e a degradação ambiental, em especial a poluição ambiental, ambos com números crescentes (Economy, 2010).

Capítulo 3: Participação da RPC nas Conferências

3. 1. Relatório da Conferência de Estocolmo (1972)

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de Estocolmo (Suécia) em 1972 foi realizada devida a recomendação por parte do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) à Assembleia Geral, que em sua 23ª sessão endossou e a convocou, como explicado no primeiro capítulo deste trabalho, a seguir analisaremos o Relatório da Conferência sob a codificação “A/CONF.48/14/Rev.1” (Nações Unidas, 1972).

Na primeira parte do Relatório encontram-se as seguintes medidas tomadas na Conferência: o documento fundamental gerado no final da Conferência denominado “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano” no capítulo I, um quadro de ação ambiental e recomendações no nível internacional denominado “Plano de Ação para o Ambiente Humano” no capítulo II, a resolução dos arranjos institucionais e financeiros no capítulo III.

No capítulo IV, são apresentadas as outras resoluções adotadas, como o estabelecimento de um dia especialmente voltado a mobilização anual das Nações Unidas e de todos os governos do mundo para reafirmar a preocupação com a preservação e valorização do meio ambiente; a condenação de testes nucleares, especialmente se realizados na atmosfera; a recomendação de uma segunda Conferência sobre o Meio Ambiente Humano; e no quinto capítulo as recomendações aos governos para ação a nível nacional.

Na segunda parte encontra-se o núcleo da Conferência, a sua constituição, é neste capítulo que se mostra a necessidade de eliminar a deterioração do ambiente humano, tanto a nível nacional como internacional, iniciando pelo despertar desta consciência, a recomendação, preparação e a concretização da Conferência, que faria a proteção do meio ambiente entrar na agenda dos governos de todo o mundo.

No que diz respeito à preparação, ainda na segunda parte do Relatório são apresentadas as quatro sessões da Comissão Preparatória, onde um grupo

de países foram nomeados para preparar a estrutura e os projetos para Conferência, sobre a liderança de Maurice F. Strong, Secretário-Geral da Conferência. As sessões fizeram seu papel organizacional e foram baseadas nas contribuições dos governos, no sistema das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, não governamentais e especialistas individuais.

Quase todos os seminários regionais e reuniões extraordinárias que antecederam a Conferência, apresentados neste capítulo, estavam focados na inter-relação entre desenvolvimento e o meio ambiente, o que refletiria na resolução (2849 (XXVI)) aprovada pela Assembleia Geral, que concorda que as políticas ambientais deveriam ser compatíveis com a evolução econômica e social, tendo em vista as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, mas também deveriam respeitar os direitos de soberania de cada país, não trazendo efeitos negativos no desenvolvimento deles.

A Assembleia Geral condenou o uso de armas nucleares, sublinhou a necessidade de proibir sua produção e utilização, além de ter pedido um aumento em termos econômicos, do auxílio no planejamento e implementação de projetos nos países em desenvolvimento, bem como na transferência de tecnologia.

Na terceira parte do Relatório, encontram-se os procedimentos da Conferência, no primeiro capítulo desta parte, e capítulo VII do relatório, encontra-se a presença e a organização de trabalho, foram convidados 113 Estados de acordo com a resolução 2850 (XXVI) da Assembleia Geral, entre eles, a República Popular da China.

Conforme o Relatório, a Conferência também contou com a presença de representantes do Secretário-Geral do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (*UN DESA*), as comissões econômicas regionais, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (*UNIDO*), e um representante do Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (*UNITAR*). É possível observar também que foram

representadas na Conferência, agências especializadas⁷⁵ e várias organizações não governamentais internacionais.

Houve a abertura da Conferência em 05 de Junho, e a eleição do presidente, Ingemund Bengtsoon da Suécia. Em seguida foram apresentadas as regras de procedimento e é realizada a eleição de 26 outros oficiais além do presidente (vice-presidentes), dentre eles Tang Ke da delegação da República Popular da China, em sua primeira reunião plenária, foi aprovada a agenda do dia (A / CONF.48 / 1)⁷⁶.

No capítulo seguinte, o capítulo VIII, é apresentado um resumo breve do debate geral, aonde o Secretário-Geral da Conferência, Maurice F. Strong, destacou que “todo o trabalho e dedicação da humanidade deve ser para o ideal de um planeta pacífico, habitável e justo”⁷⁷, o qual pode ser real a partir da realização da Conferência, que apesar de não poder lidar com todos os males do mundo, tornou-se uma base da humanidade para encontrar esperança e soluções entre os países.

Também houve destaque para a importância de os fatores ambientais estarem dentro da estratégia de desenvolvimento dos países, especialmente os em desenvolvimento, buscando também um equilíbrio entre a exploração e distribuição dos recursos disponíveis.

A importância de um fundo para o meio ambiente, uma máquina financeira vital para continuar o trabalho iniciado na Conferência, e da ação urgente em algumas áreas, como o abastecimento de água, bem como a ação

⁷⁵ Agências tais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), entre outros.

⁷⁶ A agenda continha a abertura da conferência; eleição do Presidente; adoção das regras de procedimento; constituição das comissões; eleição de outros oficiais além do presidente; credenciais dos representantes para a conferência; aprovação da agenda; debate geral; Declaração sobre o Ambiente Humano; o planejamento e gestão dos assentamentos humanos de qualidade ambiental; aspectos ambientais da gestão dos recursos naturais; identificação e controle de poluentes de grande importância internacional; aspectos educativos, informativos, sociais e culturais da questão ambiental; desenvolvimento e meio ambiente; implicações organizacionais internacionais de propostas de ação; aprovação do plano de ação e do Relatório da Conferência.

⁷⁷ Tradução livre da autora. No original: “*Mankind's whole work and dedication must be towards the ideal of a peaceful, habitable and just planet*” (Nações Unidas, 1972, p. 45).

urgente de promover tecnologias ambientalmente saudáveis, também foram colocados em destaque.

Maurice F. Strong destacou, para além da conferência, a necessidade de novos conceitos de soberania, não a diminuindo, mas a exercendo em conjunto para o bem comum (a); reformulação do direito internacional para lidar com os conflitos ambientais (b); a melhor gestão através de novos meios internacionais (c); programas de financiamento de cooperação internacional para facilitar também o consumo de determinados recursos não renováveis (d).

Ao fim deste capítulo VIII, dos pontos 44 a 64, encontram-se um resumo dos debates mais longos nos seguintes temas: Desenvolvimento e meio ambiente; Projeto da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano; Plano de Ação; Arranjos institucionais; Fundo para o meio ambiente; População; Conservação; Poluição marinha, e Outros problemas.

No capítulo IX, encontra-se o estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano, onde pode ser encontrado o projeto de resolução apresentado pela RPC, ou seja, uma resolução para acrescentar ao Projeto da Declaração feito pela Comissão Preparatória.

O projeto de resolução chinês era o seguinte:

“A Conferência sobre o Meio Ambiente Humano,
Considerando que a Declaração sobre o Ambiente Humano é uma importante declaração de princípios orientadores e o documento principal da Conferência,
Considerando que a Declaração afeta os interesses dos povos de vários países e as futuras responsabilidades e diretrizes para a ação dos Governos, e deve, portanto, expressar plenamente as opiniões de vários países,
Resolve dedicar mais tempo, conforme o caso, para a discussão do projeto de Declaração, e para o efeito a criação de uma comissão *ad hoc*”⁷⁸

⁷⁸ Tradução livre da autora. No original: “*The Conference on the Human Environment, Considering that the Declaration on the Human Environment is an important statement of guiding principles and the main document of this Conference, Considering that the Declaration affects the interests of the peoples of various countries and the future responsibilities of, and guidelines for action by, Governments, and should therefore give full expression to the views of various countries, Resolves to devote more time, as appropriate, to the discussion of the draft Declaration, and for this purpose to set up an ad hoc committee*” (Nações Unidas, 1972, p. 49)

(Nações Unidas, 1972, p. 49).

As seguintes considerações motivaram a RPC a apresentar seu projeto de resolução: a preservação e melhoria do ambiente humano, pois é um assunto importante que afeta o desenvolvimento dos povos do mundo; a constituição da Declaração, como principal documento e importante pelos princípios orientadores que teriam de ser tratados com seriedade, serem amplamente discutidos, e com o apoio da maioria para que houvesse algum efeito moral, assim como as questões deveriam ser resolvidas na base da igualdade entre todos os países.

Outras considerações também foram levadas em conta pela delegação chinesa como: o Projeto da Declaração existente não refletir as opiniões de todos os Estados membros da Conferência, até mesmo o trabalho preliminar da Comissão Preparatória não havia resultado em acordo completo; e uma vez que a Declaração desempenhasse o papel principal, a discussão sobre o assunto era mais importante do que o trabalho das três comissões;

Em paralelo, a delegação dos EUA manifestou-se preocupada com a fragilidade do compromisso já alcançado, o qual foi resultado de negociações realizadas durante 8 meses, no entanto, não rejeitou o projeto de resolução chinês. Algumas delegações apoiaram a proposta chinesa por completa como a do Sudão e a do Canadá, outras delegações propuseram alterações no que diz respeito à composição e ao objetivo do comitê *ad hoc* proposto pela RPC, como a da Tunísia, Itália e Filipinas.

A delegação do Irão destacou que o Projeto da Declaração atual havia sido cuidadoso e equilibrado, porque resultou de discussões entre vários países diferentes, entretanto, não invalidou o projeto de resolução da RPC, o apoiou, propondo apenas a substituição da expressão “comissão *ad hoc*” para “um grupo de trabalho aberto a todos os Estados participantes na Conferência”.

Mas no final, algumas delegações retiraram seus pedidos de alteração em um espírito de conciliação, como a delegação tunisiana, ou apoiaram o projeto de resolução chinês com a proposta iraniana, como a delegação

argentina, até porque segundo esta delegação, o Projeto da Declaração não havia sido aprovado ainda, apenas transmitido.

A delegação norueguesa posicionou-se a favor de uma decisão unânime da Conferência sobre o assunto de modo a evitar a votação. As delegações da Jugoslávia e da Cingapura manifestaram-se preocupadas, como a dos Estados Unidos, em reabrir o debate sobre o Projeto da Declaração, já que um compromisso equilibrado já havia sido alcançado. A delegação da Suíça estava preparada para aceitar o Projeto da Declaração, mas, no entanto, concordou com o projeto de resolução chinês.

Ao fim deste capítulo, tendo em vista a ausência de quaisquer objeções, o presidente da Conferência Maurice F. Strong, aprovou a projeto de resolução chinês com a alteração introduzida pela delegação iraniana, e o Grupo de Trabalho sobre a Declaração sobre o Ambiente Humano começaria seus debates em 09 de junho de 1972 segundo consta ao fim.

No capítulo X encontram-se os relatórios de ação dos Comitês e do Grupo de Trabalho, que foram observados nos capítulos VII e IX respectivamente, e que foram tomadas em consideração, primeiramente são abordadas as recomendações aprovadas pelas três comissões, cada uma com suas áreas temáticas, praticamente todas sem votos ou abstenções da delegação chinesa, com exceção da Terceira Comissão, responsável pela abordagem de identificação e controle de poluentes, onde veremos mais a seguir o posicionamento chinês.

O relatório afirma que foi considerada uma declaração conjunta sobre testes de armas nucleares, apresentado pelas delegações do Canadá, Equador, Fiji, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru e Filipinas. Um projeto de resolução sobre testes de armas nucleares também foi aprovado para ser considerado em plenário, já que havia sido considerado pela Terceira Comissão.

Sobre os rascunhos (*drafts*) com recomendações, as contidas no relatório foram aprovadas por unanimidade. Sobre os projetos de resolução, foram colocados em discussão entre as delegações e em seguida em votação.

No que se refere a discussão do projeto de resolução sobre a proibição dos testes de armas nucleares, a delegação chinesa foi contra, porque alegava

que as superpotências estavam aumentando seus arsenais sob os auspícios da corrida armamentista destes, de tal forma que a China precisaria fazer testes para legítima defesa, mas não em uma posição dianteira como as superpotências.

A delegação chinesa não defendeu a proibição dos testes, mas desde o início do debate insistiu na destruição e proibição total de todas estas armas. Assim, na votação nominal, o projeto de resolução foi aprovado por 56 votos a 3, com 29 abstenções, os 3 votos contra eram da delegação chinesa, francesa e gabonesa. Citada anteriormente, a declaração conjunta apresentada pelo Canadá, Equador, Nova Zelândia, entre outras nações, foi incluída pelo presidente Strong no relatório da Conferência.

Em seguida são abordadas as implicações para a organização internacional das propostas de ação, aqui encontra-se a discussão de cinco tópicos principais: o tamanho do Conselho Diretivo; a localização da sede da Secretaria de Meio Ambiente; o financiamento; a proposta de convocar uma segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano; o papel das agências das Nações Unidas; e outras observações adicionais também foram feitas.

Sobre o relatório de ação do Grupo de Trabalho, muitas delegações expuseram suas posições, a delegação chinesa sublinhou que o seu governo estava apoiando ativamente a Conferência e que a delegação tinha feito esforços para se chegar a resultados positivos, destacando que foi ela quem havia solicitado a constituição do Grupo de trabalho para a Declaração, e que no curso deste trabalho muitas delegações tinham feito alterações construtivas.

Entretanto, a delegação chinesa enfatizou que o projeto de Declaração falhou em apontar o principal motivo para a poluição do meio ambiente, cuja RPC acreditava ser a política de roubo, agressão e guerra impulsionada pelos países imperialistas, colonialistas e neocolonialistas, especialmente pelas superpotências, logo ela não poderia concordar com alguns pontos contidos na Declaração.

A RPC alegou que era importante que o princípio 21 fosse reescrito da seguinte forma:

"A fim de proteger a humanidade e o ambiente humano é imperativo proibir firmemente o uso e destruir completamente as armas biológicas e químicas desumanas que seriamente poluem e degradam o meio ambiente para proibir completamente e destruir armas nucleares completamente e, como primeiro passo, a chegar a um acordo por parte dos Estados nucleares sobre a não utilização de armas nucleares em nenhum momento e em nenhuma circunstância" ⁷⁹ (Nações Unidas, 1972, p. 63).

Várias delegações fizeram suas considerações no que refere-se a Declaração. Delegações como da Santa Sé e do Sudão, entre outras, lamentaram que alguns princípios básicos não foram encontrados no documento, e outros sugeriam a inclusão ou alteração de determinados pontos como as delegações da Filipinas e da Suécia, entre outros.

A delegação sueca esperava uma repreensão mais dura aos países que fizessem testes nucleares ou utilizassem meios de destruição em massa, mas apreciou o esforço do Grupo de Trabalho e após consultar várias delegações, propôs uma alteração na primeira frase do parágrafo 5 do preâmbulo da Declaração, da maneira que fosse lido o seguinte:

"O crescimento natural da população apresenta continuamente problemas na preservação do meio ambiente, e políticas e medidas adequadas devem ser adotadas, conforme apropriado, para enfrentar esses problemas"⁸⁰ (Nações Unidas, 1972, p. 65).

Em suma esperavam mais da Declaração, mas também concordavam que aonde chegaram era o melhor que poderiam ter alcançado. A seguir, o Conselho aprovou o preâmbulo, incluindo a reformulação da primeira frase do parágrafo 5 proposto pela Suécia e aprovada em plenário.

⁷⁹ Tradução livre da autora. No original: *"In order to protect mankind and the human environment it is imperative to firmly prohibit the use and thoroughly destroy the inhuman biological and chemical weapons which seriously pollute and damage the environment; to completely prohibit and thoroughly destroy nuclear weapons and, as the first step, to reach an agreement by the nuclear States on the non-use of nuclear weapons at no time and in no circumstances"* (Nações Unidas, 1972, p. 63).

⁸⁰ Tradução livre da autora. No original: *"The natural growth of population continuously presents problems on the preservation of the environment and adequate policies and measures should be adopted, as appropriate, to face these problems"* (Nações Unidas, 1972, p. 65).

Todos os princípios foram aprovados, incluindo o princípio 26 sobre poupar o homem e o meio ambiente dos efeitos da utilização de armamento nuclear e da procura pela destruição completa destas, no lugar do princípio 21 proposto no documento “A / CONF.48 / 4”; a emenda proposta pelo Brasil com o seguinte acréscimo,

"Nenhum Estado é obrigado a fornecer informações sob condições que, em sua opinião fundamentada, possam comprometer sua segurança nacional, seu desenvolvimento econômico ou seus esforços nacionais para melhorar o meio ambiente"⁸¹.

E a emenda proposta pela Argélia, Argentina, Burundi, Camarões, Congo, Costa Rica, Egito, El Salvador, Guatemala, Guiné, Quênia, Líbia, Mauritânia, Senegal, Sudão, República Unida da Tanzânia, Uruguai e Zâmbia, para a retirada das palavras “acreditam, ou têm razão para acreditar, que’ e da palavra ‘significante’”.

A seguir,

“A Conferência então adotou por aclamação a Declaração como um todo, sujeita às observações e reservas feitas pelos membros da Conferência, as quais o Presidente assegurou que seriam devidamente refletidas no relatório”⁸².

Após a adoção, a delegação chinesa lembrou a Conferência das reservas sobre o princípio 26, antigo princípio 21, de sua comunicação anterior. A Declaração final foi apresentada no Capítulo I do relatório da Conferência e ainda no fim deste capítulo (capítulo X) encontra-se a aprovação do relatório do Comitê de Credenciais.

No capítulo XI estão as informações relativas a adoção do plano de ação para o meio ambiente humano, e capítulo posterior e último, a adoção do relatório da Conferência. No final estão os seguintes anexos: o Relatório do Comitê de Credenciais (I); Relatório do Grupo de Trabalho sobre a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano (II); Princípios gerais para

⁸¹ Tradução livre da autora. No original: “No State is obliged to supply information under conditions that, in its founded judgement, may jeopardize its national security, economic development or its national efforts to improve environment” (Nações Unidas, 1972, p. 66).

⁸² Tradução livre da autora. No original: “The Conference then adopted by acclamation the Declaration as a whole, subject to the observations and reservations made by the members of the Conference, which the President had assured them would be duly reflected in the report” (Nações Unidas, 1972, p.66).

avaliação e controle da poluição marinha (III); Lista de documentos antes da conferência (IV); e a Tabela que mostra a correspondência entre os números das recomendações enquanto aparecerem no relatório da Conferência e números das recomendações adotadas pela Conferência (V).

De posse dos conhecimentos sobre a participação da RPC na Conferência de Estocolmo de 1972, obtidos através da análise acima, é possível observar que a “Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano”, que também ficou conhecida como “Declaração de Estocolmo”, foi o principal resultado da Conferência de Estocolmo considerando a dedicação das delegações por meio do Grupo de Trabalho sobre a Declaração.

Quanto a delegação chinesa, ela fez-se presente na Conferência e participou de forma ativa, pois dentro deste Grupo, propôs através de um projeto de resolução a criação de uma comissão para aperfeiçoar a discussão sobre o projeto da Declaração. A delegação considerava que era necessário mais tempo e mais dedicação ao que seria inserido na Declaração, de maneira que fosse refletida as opiniões de todos os Estados membros, pois até aquele momento, tudo o que fora proposto não havia sido acordado completamente por todos os membros, assim como houvesse igualdade e efeito moral entre e a todos eles, respetivamente, nos princípios a serem estabelecidos, entre outros motivos.

Houve manifestações distintas a respeito de tal contribuição chinesa, entretanto, com o pedido da delegação iraniana, de substituição da expressão “*comissão ad hoc*” para “um grupo de trabalho aberto a todos os Estados participantes na Conferências”, houve um apoio concreto tanto para o projeto de resolução chinês isolado, como para com a substituição sugerida pela delegação iraniana, tendo este último sido aprovado pelo presidente da Conferência, após não haver objeções.

A conferencia não só foi a primeira a abordar a relação do meio ambiente com o desenvolvimento económico, ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não tivesse sido elaborado, como outras medidas organizadas pela Comissão Preparatório para reduzir os malefícios

desta relação para além da Declaração, foram medidas tanto na área social, com a mobilização anual estabelecida para o dia 05 de Junho; política, com a recomendações aos governos a nível nacional e internacional, e financeira, com os arranjos para tal no capítulo III do relatório, entre outros.

A delegação chinesa não fez objeções a formulação e estabelecimentos destas medidas, exceto sobre a proibição de testes nucleares, a qual mostrou-se ativa novamente, ao não defender a proibição destes testes porque o país poderia precisar fazê-lo pela sua segurança, considerando que as superpotências estavam aumentando seus arsenais. Houve outros acréscimos da delegação à Conferência, mas estes dois últimos foram os mais significativos no decorrer do relatório.

Em suma, foi possível observar a participação ativa da China na Conferência de Estocolmo, e que assim como a delegação defende, foi um esforço importante, ainda que houvesse alguns pontos não acordados, porque ajudou no processo de criação de diretrizes para proteger o meio ambiente humano e diminuir a sua degradação.

3. 2. Relatório da Conferência do Rio (2012)

A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável foi realizada no Rio de Janeiro (Brasil) em 2012. Também conhecida como Rio+20, a conferência teve como tema a “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e um “quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”⁸³, a seguir analisaremos seu relatório sob a codificação “A/CONF.216/16”.

No primeiro capítulo são abordadas as resoluções adotadas pela Conferência. A primeira resolução corresponde ao resumo em dois pontos do que foi feito na Conferência: a adoção do documento final *The future we want*, que está anexado no documento; e a recomendação à Assembleia Geral para que esta aprovasse este documento final.

O documento mais importante do evento, *The future we want*, que pode ser traduzido como “O futuro que queremos”, foi dividido em seis capítulos: nossa visão comum, renovação do compromisso político; a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; quadro institucional para o desenvolvimento sustentável; quatro de ação e acompanhamento; meios de implementação. O documento reúne em 53 páginas o que pode ser feito em conjunto para combater a pobreza e a fome, proteger o meio ambiente e incentivar a produção e consumo sustentável, e também reforça compromissos estabelecidos nas Conferências anteriores.

Na abertura formal e 1ª plenária da Rio+20, foi feita uma declaração pelo presidente do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o eslovaco Miloš Koterec, e também por representantes dos grupos principais (*major groups*):

“mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos,

⁸³ Tradução livre da autora. No original: “*green economy in the context of sustainable development and poverty eradication*” and an “*institutional framework for sustainable development*” (Nações Unidas, 2012b, p. 2).

empresas e indústrias, comunidade científica e tecnológica e agricultores”⁸⁴ (Nações Unidas, 2012b, p. 57)

Na abertura cerimonial e 2ª plenária, foram feitas declarações do Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon, da presidente do país anfitrião e presidente da Conferência, Sra. Dilma Rousseff, do presidente da 66ª Sessão da Assembleia Geral, Sr. Nassir Abdulaziz Al-Nasser, e do Secretário-Geral da Conferência, Sr. Sha Zukang da China, e nas outras plenárias, realizadas outras eleições⁸⁵.

A seguir são esclarecidas as regras de procedimento, estas funcionaram segundo o relatório de acordo com o documento de regras provisórias (A/CONF.216/2)⁸⁶, a agenda da Conferência e outros assuntos organizacionais da Conferência.

É adotada ainda na 1ª plenária, a agenda provisória (A/ CONF.216 / 1), e é realizado o credenciamento das organizações intergovernamentais aprovadas para participarem na Conferência com o estatuto de observador.

Também de acordo com o documento de regras provisórias (A/CONF.216/2), mais especificamente suas regras 4 e 46:

“Regra 4. Comitê de Credenciais. Um Comitê de Credenciais de nove membros será nomeado no início da Conferência. Sua composição será baseada na do Comitê de Credenciais da Assembleia Geral das Nações Unidas em sua sexagésima sexta sessão. Ele examinará os poderes dos representantes e informará a Conferência sem demora”⁸⁷ (Nações Unidas, 2012c, p. 2).

⁸⁴ Tradução livre da autora. No original: “women, children and youth, indigenous people, non-governmental organizations, local authorities, workers and trade unions, business and industry, the scientific and technological community, and farmers” (Nações Unidas, 2012b, p. 57).

⁸⁵ Foram eleitos o presidente e outros oficiais da Conferência na 1ª, 2ª e 5ª plenária, nos dias 20 e 22 de junho, e os vice-presidentes foram divididos em cinco grupos. A Sra. Dilma Rousseff, por aclamação, foi eleita presidente da Conferência, os vice-presidentes foram divididos nos seguintes grupos: *African States*, países eleitos: Botswana, Congo, Quênia, Nigéria e Tunísia; *Asia-Pacific States*, países eleitos: Bangladesh, Japão, Cazaquistão, Nepal e Tajiquistão; *Eastern European States*, países eleitos: Armênia, Bielorrússia, República Tcheca, Letônia e Polônia; *Latin American and Caribbean States*, países eleitos: Equador e Jamaica; *Western European and other States*, países eleitos: Canadá, Israel, Itália, Nova Zelândia e Noruega. Eleitos também o Brasil como ex officio vice-presidente da Conferência, e a Sra. Tania Valerie Raguz da Croácia por aclamação como Relatora-Geral da Conferência.

⁸⁶ Regras Provisórias de Procedimento para Conferência de Desenvolvimento Sustentável, no original: “Provisional rules of procedure of the United Nations Conference on Sustainable Development”. Disponível em: https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-2_english.pdf.

⁸⁷ Tradução livre da autora. No original: “Rule 4. Credentials Committee. A Credentials Committee of nine members shall be appointed at the beginning of the Conference. Its composition shall be based on that of

E considerando a regra 46 que declara que a “Conferência poderá estabelecer um Comitê Principal, conforme necessário, que poderá criar subcomissões ou grupos de trabalho”⁸⁸, foi estabelecido um Comitê Principal, e em sua primeira sessão, John Ashe, da Antígua e Barbuda, foi eleito por aclamação o presidente deste Comitê Principal, e nove países foram estabelecidos para serem membros do Comitê de Credenciamento: China, Costa Rica, Egito, Itália, Maldivas, Panamá, Rússia, Senegal e os Estados Unidos da América.

No capítulo III encontra-se o Debate Geral, no primeiro ponto são apresentadas as declarações de abertura já mencionadas, mas disponibilizando os nomes dos *major groups*, e no segundo ponto são apresentados os títulos oficiais dos representantes que fizeram declarações nas seis plenárias realizadas do dia 20 a 22 de junho.

“Na 2ª reunião plenária, em 20 de junho, a Conferência ouviu discursos de Sua Excelência Laura Chinchilla Miranda, Presidente da República da Costa Rica; Sua Excelência Mahmoud Ahmadinejad, Presidente da República Islâmica do Irão; [...]; Sua Excelência Wen Jiabao, primeiro-ministro do Conselho de Estado da República Popular da China”⁸⁹ (Nações Unidas, 2012b, pp. 60-61)

Assim como os representantes da Costa Rica e Irão, o premiê do Conselho de Estado da RPC, Wen Jiabao, teve sua declaração ouvida na segunda reunião plenária, em 20 de junho como observado.

No quarto capítulo encontram-se as mesas redondas de alto nível, o fórum de parcerias, centro de aprendizado sobre desenvolvimento sustentável e outros eventos.

the Credentials Committee of the General Assembly of the United Nations at its sixty-sixth session. It shall examine the credentials of representatives and report to the Conference without delay” (Nações Unidas, 2012c, p. 2).

⁸⁸ Tradução livre da autora. No original: “*The Conference may establish a Main Committee as required which may set up subcommittees or working groups*” (Nações Unidas, 2012c, p. 11).

⁸⁹ Tradução livre da autora. No original: “*At the 2nd plenary meeting, on 20 June, the Conference heard addresses by Her Excellency Laura Chinchilla Miranda, President of the Republic of Costa Rica; His Excellency Mahmoud Ahmadinejad, President of the Islamic Republic of Iran; [...]; His Excellency Wen Jiabao, Premier of the State Council of the People’s Republic of China*” (Nações Unidas, 2012b, pp. 60-61).

Na primeira mesa redonda⁹⁰, muitas delegações fizeram declarações, como a da China, Tailândia, Marrocos, Irlanda, Itália, Índia, entre outros, como também representantes de entidades do sistema das Nações Unidas, como OMC, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e representantes dos *major groups*, como a “Mulheres na Europa por um futuro internacional comum” (*Women in Europe for a Common Future International*); a “Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador” (*Confederation of Indigenous Nationalities of Ecuador*); entre outros.

A seguir, é apresentado o resumo preparado pelo relator. Apesar de um considerável progresso ter ocorrido desde as Conferências de 1992 e 2002, no resumo é possível encontrar os países participantes concordando que a Rio+20 é uma nova oportunidade para o desenvolvimento sustentável, porque muito precisa ser feito para enfrentar os desafios, conforme a versão adiantada lida na 6ª plenária, no dia 22 de Junho.

O resumo mostra que as discussões apoiavam os Princípios do Rio (documento final da Conferência do Rio de Janeiro de 1992) e que o princípio de responsabilidades comum, mas diferenciada (princípio 7), “era particularmente crítico em um momento em que bilhões de pessoas ainda viviam na pobreza e o mundo estava atingindo um ponto ecológico não flexível”⁹¹

Entretanto, os participantes acolheram o resultado do documento final, alguns apenas gostariam que tivessem mais pontos fortes no documento, apesar de que havia uma mensagem com esta característica apontada nas discussões durante a Conferência, uma delas era relativa ao foco das implementações, aonde os atores deveriam trabalhar em conjunto para alcançar os objetivos que seriam acertados na Rio+20.

⁹⁰ Realizada no primeiro dia da Conferência, a mesa redonda foi aberta pelo Príncipe Albert II de Mônaco, com a direção em conjunto de Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, e Nurlan Kapparov, ministro da Proteção Ambiental do Cazaquistão, como Relator.

⁹¹ Tradução livre da autora. No original: “*was particularly critical at a time when billions of people still lived in poverty and the world was reaching an ecological tipping point*” (Nações Unidas, 2012b, pp. 65-66).

Outras mensagens igualmente relevantes desta mesa foram: a promoção de uma economia verde inclusiva, pois esta causaria um crescimento econômico e também o desenvolvimento de tecnologias de energia renovável, para então incentivar um consumo e produção mais sustentável.

Mensagens também sobre os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals - SDGs*) como base, pois estes forneceriam um suporte para estas políticas e participação efetiva na economia verde, considerando que fossem mantidos sob revisão, com tempo limitado e mensurável.

Mesmo com objetivos traçados no mais diversos temas, como água, energia e alimentos, os *SDGs* não prejudicariam os esforços contínuos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (*Millennium Development Goals - MDGs*), e

“para a agenda de desenvolvimento pós-2015 devem integrar os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. As populações mais vulneráveis, incluindo crianças e povos indígenas, devem receber atenção especial contínua”⁹²(Nações Unidas, 2012b, p. 66).

Sobre a economia verde, ela ainda deveria ser antecedida por um suporte econômico estrutural nos países em desenvolvimento, eliminando subsídios distorcidos de combustíveis fósseis, por exemplo, e também disponibilizando uma educação científica e técnica para os empregos sustentáveis do futuro.

Afirma-se também a necessidade de que os meios sejam providos para que o documento na Conferência seja palpável, ou seja, “o documento final da Conferência não cumprirá suas promessas a menos que meios adequados sejam fornecidos para apoiar sua implementação”⁹³.

⁹² Tradução livre da autora. No original: “for the development agenda beyond 2015 should integrate all three pillars of sustainable development: economic, social and environmental. The most vulnerable populations, including children and indigenous peoples, must receive continued special attention” (Nações Unidas, 2012b, p. 66).

⁹³ Tradução livre da autora. No original: “The outcome document of the Conference will not deliver on its promises unless adequate means are provided to support its implementation” (Nações Unidas, 2012b, p. 66)

A execução de compromissos oficiais de assistência, bem como mobilização de novas fontes de financiamento, transferência e difusão de tecnologias e conhecimentos, sendo estes acessíveis para capacitação e melhores práticas. Para a transição ao desenvolvimento sustentável era preciso estabelecer parcerias com atores privados, como também cooperação bilateral, triangular, regional e global, evitando medidas unilaterais.

Também é mencionado que se espera que a Assembleia Geral crie um fórum político sobre desenvolvimento sustentável, com ações para manter a busca pelos compromissos assumidos, e que o Conselho Econômico e Social (*ECOSOC*) mantenha seu esforço no papel de coordenação nas provisões do documento final.

Ao fim do resumo desta mesa, é mencionado o diálogo sobre o desenvolvimento sustentável, organizado pelo Brasil com o apoio das Nações Unidas, que antecipou a Conferência, sendo realizado dia 16 a 19 de junho de 2012, e que foi notável por seus tópicos, entre eles, a restauração de milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas, alcançando um desmatamento zero até 2020.

A seguir temos a segunda e terceira mesa redonda, realizadas no dia 21 de junho, e a quarta mesa redonda, realizada no dia 22 de junho, e mais informações sobre o diálogo sobre desenvolvimento sustentável, bem como as suas recomendações em diversas áreas⁹⁴.

Em seguida, encontram-se as informações sobre o Fórum de Parcerias da Conferência, informações do centro de aprendizagem da conferência⁹⁵ e outros eventos que foram realizados paralelamente, organizados por

⁹⁴ Recomendações nas áreas de trabalho e migração; desenvolvimento sustentável como uma resposta à crise econômica e financeira; desenvolvimento sustentável para combater a pobreza; a economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; florestas; segurança alimentar e nutricional; energia sustentável para todos; água; cidades sustentáveis e inovação; e oceanos.

⁹⁵ O Fórum foi convocado pela Resolução 66/197 da Assembleia Geral, que renovaria e fortaleceria parcerias como um mecanismo fundamental para o desenvolvimento sustentável, e o centro de aprendizagem ofereceu 17 cursos relativos à “economia verde em um contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza” e “quadro institucional para o desenvolvimento sustentável”, temas da Conferência, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de capacidades, know-how, e troca de conhecimento entre os participantes.

governos, grupos principais (*major groups*), organizações do sistema da ONU e outras organizações.

No capítulo V encontra-se a aprovação do documento final. Na reunião plenária do dia 22 de junho de 2012, a Conferência considerou o projeto final como consta no documento “A/CONF.2016/L.1” sob o nome de “O futuro que queremos”, em seguida foram feitas as correções devidas e o resultado foi aprovado.

Após a aprovação, declarações sobre posições foram feitas pelos representantes da Argélia (em nome do Grupo dos 77 e China), Bolívia, a União Europeia, Equador, Venezuela, Islândia (também em nome da Noruega), Peru, Canadá, Estados Unidos, Quênia, Suíça, Congo, Chile e Nicarágua, e por fim, o observador da Santa Sé também fez uma declaração (estas declarações não foram apresentadas no relatório).

No capítulo VI, encontra-se o relatório da Comissão de Credenciais da Conferência, a qual possui a mesma composição do Comitê de Credenciais da 66ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, de acordo com o ponto 4 das regras provisórias de procedimento, nomeadamente, China, Costa Rica, Egito, Itália, Maldivas, Panamá, Federação Russa, Senegal e Estados Unidos da América.

A plenária que realizou as nomeações para composição do Comitê foi realizada em 20 de junho de 2012, e a eleição do presidente realizada no dia seguinte, com escolha unânime de Juan Carlos Espinosa do Panamá.

Encontra-se também ao fim, a informação sobre o Comitê no dia seguinte, dia 21 de junho, possuir um memorando preparado pelo secretariado da Conferência, sobre as credenciais dos representantes dos Estados participantes da Conferência, as quais foram atualizadas por um representante do Escritório de Assuntos Jurídicos das Nações Unidas, para indicar as credenciais e comunicações recebidas após a preparação do memorando, como também encontra-se as atualizações das credenciais que constam no parágrafo 1 e 2 do memorando, as quais foram aceitas pelo Comitê, bem como o rascunho do relatório, e em seguida o relatório final, aprovados no dia 22 de junho.

De posse dos conhecimentos sobre a participação da RPC na Conferência do Rio de 2012, obtidos através da análise acima, é possível observar que esta Conferência teve maior participação da sociedade civil, nomeadamente os *major groups*, ou seja, povos indígenas, organizações não-governamentais, sindicatos, comunidade científica e empresas, para além das delegações.

As discussões sobre os princípios do documento principal da Conferência, o *The Future we want*, teve o apoio das delegações, de modo que o documento foi aprovado no último dia da Conferência.

Mas nota-se que embora tenha feito declarações, a delegação chinesa não realizou intervenções, como o projeto de resolução e as reservas sobre a destruição de armamento nuclear realizadas em 1972, ou seja, não teve uma participação tão ativa quanto na Conferência de Estocolmo.

Considerações finais

Como proposta inicial de investigação, a presente dissertação buscava compreender a participação da RPC para a proteção do meio ambiente a nível internacional. Nesse sentido questionava como o país participou nas conferências internacionais sobre o meio ambiente realizadas pela ONU em 1972 e 2012.

Entretanto, através da pesquisa e análise dos documentos das Conferências, foi possível observar dois comportamentos atípicos da República Popular da China.

Na Conferência de Estocolmo de 1972, o país não só participou, como também contribuiu na elaboração de alguns trechos do documento final, além de representar os países em desenvolvimento. Enquanto na Conferência do Rio de Janeiro de 2012, o país embora tenha participado, não foi um participante ativo, pois não foi possível observar uma intervenção concreta no relatório.

Para chegar a estes resultados, foi preciso elaborar um capítulo nomeado como “Enquadramento teórico-conceitual”, para definir a relação dos seres humanos com o ambiente que o envolve; perceber o que são os GEE; como surge e o que é a cooperação internacional e como é institucionalizada a proteção do meio ambiente; depois, um segundo capítulo nomeado como “Política Chinesa para o meio ambiente”, para apresentar qual é a relação da China face ao meio ambiente internamente e qual é a política chinesa para sua proteção, sobretudo política externa, tanto no período de Mao Tsé-Tung, como no período de Deng Xiaoping.

O terceiro capítulo, nomeado como “Análise” traz dois subcapítulos com a análise documental dos relatórios das referidas conferências, para perceber qual a intervenção chinesa nas reuniões.

Pensava-se no presente trabalho que a delegação chinesa não teria qualquer participação, muito menos favorável à proteção do meio ambiente, no debate internacional na Conferência de Estocolmo de 1972, ou seja, que a China não seria uma ator cooperativo na questão, mesmo com a institucionalização da proteção ambiental, porque o país estava ainda sob a

liderança de Mao Tsé-Tung, o qual subvalorizava o meio ambiente; e apenas na Conferência do Rio de Janeiro de 2012, participaria e assumiria uma posição favorável, como um ator cooperativo na sociedade internacional, impulsionado pelo conceito de “desenvolvimento pacífico”.

Entretanto, segundo a análise histórica, e sobretudo a análise documental do relatório da Conferência de Estocolmo de 1972, o país não só participou, como exerceu a liderança no debate, ao auxiliar na elaboração de alguns trechos do documento final para proteção do meio ambiente, bem como representou os países em desenvolvimento.

O comportamento em 1972 pode ser explicado pela vontade da China, representada pela sua delegação, em participar no plano internacional, através do debate entre Estados sobre a proteção ambiental.

Enquanto na Conferência do Rio de Janeiro de 2012, houve um recuo do país do cenário internacional, não foi possível encontrar o país na discussão de forma satisfatória, ao menos no relatório estudado, como se fosse inexistente sua participação na reunião.

E o comportamento em 2012 pode ser explicado pela aplicação do conceito de “desenvolvimento pacífico” para outros assuntos que não fossem ambientais, ou seja, o conceito não necessariamente faria a RPC ser uma participante ativa, mesmo que o conceito pressupunha a proteção do meio ambiente também, o que fazia parte da harmonia entre Estados.

Em um contexto de globalização, em que os Estados estão interagindo de forma mais intensificada em diversos setores e a RPC tem vivido um crescimento bastante grande frente ao plano internacional, acredito que o país para manter seu papel de conciliador, de ator cooperativo, algo que vem definindo sua política desde a abertura de Deng, precisa expressar mais sua opinião na área de mudança climática.

A RPC precisa desempenhar um papel mais ativo, e manter este posicionalmente porque é do interesse do país manter uma coordenação com outros países de maneira pacífica e estável, especialmente porque seu comércio (que envolve muitos países) expandiu-se consideravelmente e para continuar assim, precisa garantir que o país é seguro e estável às empresas e

investidores, seja no âmbito dos trabalhadores, seja no âmbito da proteção ambiental. A participação, visivelmente mais consolidada da RPC na Conferência de 1972 encaixa-se a isto, ainda que o destino da China não tivesse como característica a cooperação internacional, enquanto a participação, menor, na Conferência de 2012, não fez justiça ao conceito de “desenvolvimento pacífico”, característica da política externa do período.

O presente trabalho é visto como um esforço inicial no sentido de compreender a participação do país em um campo tão sensível, mas fundamental para as Relações Internacionais, Ciência Política, e especialmente nas áreas da globalização e ambiente. A escolha das Conferências de Estocolmo e Rio de Janeiro é resultado da facilidade de acesso aos seus relatórios oficiais, pois são encontradas online e em sua totalidade.

Deixo, então, aberta a futuras análises, a possibilidade de complementar o presente esforço a partir de outros ângulos, especialmente pela não inclusão das Conferências de 1992 e 2002, de modo a prosseguir com o trabalho de interpretação que ora construímos no presente trabalho.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Banco Mundial (2018a). *CO2 emissions (metric tons per capita)*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.PC?end=2008&locations=CN&start=1970>>. [Consult. 10 Jul. 2018].

Banco Mundial (2018b). *GDP growth (annual %)*. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=CN&start=1966>>. [Consult. 26 Mai. 2018].

IISD (s.d.). *3.1 Binding or Non-Binding Commitments – A Sustainability Toolkit for Trade Negotiators*. Disponível em: <www.iisd.org/toolkits/sustainability-toolkit-for-trade-negotiators/3-environmental-provisions/3-1-binding-or-non-binding-commitments/>. [Consult. 20 Mar. 2018]

IPAM (2015). *Gases de Efeito Estufa (GEE)*. Disponível em: <<http://ipam.org.br/glossario/gases-de-efeito-estufa-gee/>>. [Consult. 09 Mar. 2018].

IPCC (2007). *Fourth Assessment Report: Climate Change: What is the Greenhouse Effect?*. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg1/en/faq-1-3.html>. [Consult. 21 Fev. 2018].

IPCC (2014). *Climate Change Synthesis Report Summary for Policymakers*. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf>. [Consult. 21 Fev. 2018].

IUCN (1980). *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*. Gland, Suíça: IUCN. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/wcs-004.pdf>>. [Consult. 04 Mar. 2018].

Nações Unidas (1945). *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. São Francisco, Estados Unidos da América. Disponível: <<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>. [Consult. 12 Set. 2018].

Nações Unidas (1972). *Report of the United Nations Conference on Environment and Development (A/CONF.48/14/Rev.1)*. Estocolmo, Suécia. Disponível em: <www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. [Consult. 03 Mar. 2018].

Nações Unidas (1986). *Vienna Convention on the Law of Treaties between States and International Organizations or between International Organizations*. Em: A/CONF.129/15. Viena, Áustria Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/source/docs/A_CONF.129_15-E.pdf>. [Consult. 10 Ago. 2018].

Nações Unidas (1992). *United Nations Framework Convention on Climate Change*. Disponível em: <<https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>>. [Consult. 10 Ago. 2018].

Nações Unidas (2012a). *Resolution adopted by the General Assembly on 27 July 2012 - The future we want (A/RES/66/288*)*. Disponível em: <www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E>. [Consult. 08 Mar. 2018].

Nações Unidas (2012b). *Report of the United Nations Conference on Sustainable Development (A/CONF.216/16)*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.216/16&Lang=E>. [Consult. 03 Mar. 2018].

Nações Unidas (2012c). *Provisional rules of procedure of the United Nations Conference on Sustainable Development (A/CONF.216/2)*. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://rio20.un.org/sites/rio20.un.org/files/a-conf.216-2_english.pdf>. [Consult. 04 Mar. 2018].

PNUD Brasil (s.d.). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>. [Consult. 05 Mar. 2018].

UNCTAD (2000). *United Nations Conference on Trade and Development - Tenth session*. Bangkok, Tailândia. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/ux_tdl365.en.pdf>. [Consult. 22 Fev. 2018].

UNESCO (2007). “MAB - Man and the Biosphere”. *UNESCO Today (Journal of the German Commission for UNESCO)*. 2ª ed., 13-15. Disponível em: <www.unesco.de/sites/default/files/2018-06/unesco-heute-2-07-engl.pdf>. [Consult. 28 Fev. 2018].

UNFCCC (1998). *Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention On Climate Change*. Quioto, Japão. Disponível em: <<https://unfccc.int/sites/default/files/kpeng.pdf>>. [Consult. 15 Mar. 2018].

UNFCCC (2012). *Report of the Conference of the Parties on its seventeenth session, held in Durban from 28 November to 11 December 2011*. Durban, África do Sul. Disponível em: <<https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2011/cop17/eng/09a01.pdf>>. [Consult. 19 Jun. 2018].

UNFCCC (s.d. a). *Conference of the Parties (COP)*. Disponível em: <<http://unfccc.int/bodies/body/6383.php>>. [Consult. 09 Mar. 2018].

UNFCCC (s.d. b). *Essential Background - Durban outcomes*. Disponível em: <<https://unfccc.int/process/conferences/the-big-picture/milestones/outcomes-of-the-durban-conference>>. [Consult. 20 Jun. 2018].

UNFCCC (s.d. c). *Doha Amendment*. Disponível em: <<https://unfccc.int/process/the-kyoto-protocol/the-doha-amendment>>. [Consult. 23 Jun. 2018].

UNSD (2014) *Millennium Development Indicators: World and regional groupings*. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/mdg/Host.aspx?Content=Data/RegionalGroupings.htm>>. [Consult. 20 Mar. 2018].

WCED (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Disponível em: <www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. [Consult. 05 Mar. 2018].

FONTES SECUNDÁRIAS

LIVROS E CAPÍTULOS EM LIVROS:

Conselho Europeu de Relações Exteriores (2012). *China 3.0*. Londres: Conselho Europeu de Relações Exteriores. Disponível em: <https://www.ecfr.eu/page/-/ECFR66_CHINA_30_final.pdf>. [Consult. 07 Out. 2018]

Dias, R. (2015). *Sustentabilidade: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento*. São Paulo: Atlas.

Dikötter, F., & Mandim, A. M. (2017). *A grande fome de Mao: a história da catástrofe mais devastadora da China (1958-62)*. Rio de Janeiro: Record. Disponível em: <http://lib1.org/_ads/75ED06D036C7191E843FA4944A213F02>. [Consult. 22 Jul. 2018].

Economy, E. (1997). Chinese policy-making and global climate change: two-front diplomacy and the international community. Em: Economy, E.; Schreurs, M. A. (eds), *The internalization of the environmental protection*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://lib1.org/_ads/AFCB63B02DF3937F7DF92710BED1049B>. [Consult. 20 Mai. 2018].

Economy, E. (2010). *The River Runs Black: The Environmental Challenge to China's Future*. 2ª ed. Ithaca: Cornell University Press.

Economy, E. e Levi, M. (2014). *By All Means Necessary: How China's Resource Quest is Changing the World*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <http://lib1.org/_ads/97419F747B9F7BE4F98C8177C2C47471>. [Consult. 21 Mai. 2018].

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/>

1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf>. [Consult. 20 Jan. 2018].

Greene, O. (2001). Environmental Issues. Em: J. Baylis e S. Smith, *The Globalization of World Politics*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press.

Hobsbawm, E. J (2003). *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*, traduzido por Garschagen, D.M. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Keohane, R. O. (1984). *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Kissinger, H. (2011). *Sobre a China*, traduzido por Leite, C. A. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Lundin, I. B. (2016). *Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais*. 6ª ed. Maputo: Escolar.

Marks, R. (2011). *China: Its Environment and History*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers. Disponível em: <http://lib1.org/_ads/9605C6C323863E61CC9DB115434B2F2B>. [Consult. 03 Jun. 2018].

McGrew, A. (2014). Globalization and global politics. Em: Baylis, J., Smith, S., Owens, P., *The Globalization of World Politics*. 6ª ed. Oxford: Oxford University Press.

Nogueira, J. P. e Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: [correntes e debates]*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Prodanov, C. C. e Freitas, E. C. (2009). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale. Disponível em: <www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. [Consult. 23 Jan. 2018].

Ribeiro, W. C. (2005). *A ordem ambiental internacional*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

Santos, B. D. S. (2002). Os processos da globalização. Em: Santos, B. D. S. [Org.] *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez. Disponível em: <www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/boaventura/globalizacaoeciencias.pdf>. [Consult. 6 Ago. 2018].

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª ed. São Paulo: Cortez.

Shapiro, J. (2001). *Mao's War against Nature: Politics and the Environment in Revolutionary China*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://lib1.org/_ads/15CF5AE4C9210A0F8A908E9107F1752F>. [Consult. 21 Abr. 2018].

Vaz-Pinto, R. (2010). *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen a China e os direitos humanos*. 1ª ed. Lisboa: tinta-da-china.

Worden, R. L., Savada, A. M. e Dolan, R. E. (1988). *China a country study*. Washington, Library of Congress. Disponível em: <www.loc.gov/item/87600493/>. [Consult. 20 Ago. 2018].

Zheng, B. (2005a). *China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2005*. 1ª ed. Washington, D.C.: Brookings Institution Press. Disponível em: <www.jstor.org/stable/10.7864/j.ctt127xn6>. [Consult. 01 Mai. 2018].

ARTIGOS:

Axelrod, R., e Keohane, R. O. (1985). “Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions”. *World Politics*, 38ª ed., 226-254. Disponível em: <www.jstor.org/stable/pdf/2010357.pdf> [Consult. 25 Fev. 2018].

Barros-Platiau, A. F., Varella, M. D. e Schleicher, R. T. (2004). “Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate”. *Revista brasileira de Política internacional*. 47ª ed., 100-130. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a04.pdf>. [Consult. Jul. 2018].

BBC News (2008) Jail for Chinese rights activist. *BBC*. Disponível em: < <http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7327718.stm>>. [Consult. 13 Set. 2018]

Chang-Sheng, S. (2004). “Do Grande Salto Para Frente à Grande Fome: China de 1958-1962”. *Diálogos*, DHI/UEM. 8ª ed., 107-129. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38027>>. [Consult. 24 Mai. 2018].

Hu, J. (2004). “China's Development Is an Opportunity for Asia”, apresentado no Boao Forum for Asia 2004. Boao, China, 24 Abr. 2004. Disponível em: <<http://english.boaoforum.org/document2004/11119.jhtml>>. [Consult. 04 Maio 2018].

Kahn, J. e Yardley, J. (2006). As China Roars, Pollution Reaches Deadly Extremes. *The New York Times*. Disponível em: < www.nytimes.com/2007/08/26/world/asia/26china.html>. [Consult. 20 Jul. 2018].

Parlamento Europeu (2008) *Hu Jia é o vencedor do Prémio Sakharov 2008*. Disponível em: <www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20081020STO39964+0+DOC+XML+V0//PT>. [Consult. 13 Set. 2018]

Shouqiu, C. e Voigts, M. (1993). The Development of China's Environmental Diplomacy. *Pacific Rim Law & Policy Journal*. Disponível em: <<https://digital.law.washington.edu/dspace->

law/bitstream/handle/1773.1/964/3PacRimLPolyJs017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. [Consult. 21 Abr. 2018].

Zheng, B. (2005b). China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. *Foreign Affairs*. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2005-09-01/chinas-peaceful-rise-great-power-status>>. [Consult. 03 Mai. 2018].

Zissis, C. (2006). Modernizing the People's Liberation Army of China. *Council on Foreign Affairs*. Disponível em: <www.cfr.org/background/modernizing-peoples-liberation-army-china>. [Consult. 13 Set. 2018].